



Rebeca Goldsmid

**Complexo Fraternal: Constituição do Sujeito e Formação do
Laço Social**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-graduação em Psicologia Clínica do
Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro
Dezembro 2009



Rebeca Goldsmid

**Complexo fraterno: constituição
do sujeito e formação do laço social**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Lidia Levy de Alvarenga

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof^a. Edna Lucia Tinoco Ponciano

Associação de Terapia de Família – STF/RJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, ___/___/2010

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Ficha Catalográfica

Goldsmid, Rebeca

Complexo fraterno : constituição do sujeito e formação do laço social / Rebeca Goldsmid ; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2009.

87 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Fratria. 3. Irmão. 4. Função fraterna. 5. Vínculo fraterno. 6. Complexo fraterno. 7. Laço social. I. Féres-Carneiro, Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Aos irmãos e povos que fazem de sua boa convivência uma escolha

Para Simon, Olga e Samuel

Para Helio, Ilana, Andréa e Rafael

Agradecimentos

À professora Terezinha Féres-Carneiro, minha orientadora, pela orientação, pelo voto de confiança ao ter aceitado orientar esse trabalho. Por “cumplicidade, companheirismo e solidariedade”.

À VRAc pela bolsa de isenção, que me possibilitou cursar o mestrado.

Às professoras do Programa de Pós-graduação do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, Andréa S, Magalhães, Carolina Lampreia, Cláudia Amorim Garcia, Sílvia Zornig e Terezinha Féres-Carneiro, que com suas aulas teóricas, experiência clínica e sugestões bibliográficas contribuíram para esta dissertação.

Aos funcionários da Pós-graduação do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, aqui representados por Marcelina Oliveira de Andrade, Vera Lúcia Lima e Rogério Pires da Silva, sempre gentis e atenciosos.

Aos colegas de turma do mestrado que enriqueceram o meu saber com suas questões teóricas, clínicas e experiência de vida.

Aos meus clientes, que muito me ensinaram a respeito da questão fraterna.

Resumo

Goldsmid, Rebeca; Féres-Carneiro, Terezinha. **Complexo fraterno: constituição do sujeito e formação do laço social**. Rio de Janeiro. 2009. 87 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Apesar da importância do irmão na constituição do sujeito e na formação do laço social, somente por volta do ano 2000 os autores contemporâneos passaram a mostrar um interesse maior pelo estudo da relação fraterna. Grande parte desses estudos e pesquisas, entretanto, se dedica mais à competição e rivalidade do que à boa convivência e solidariedade. Em nossa revisão teórica realizada na abordagem psicanalítica, estudamos os clássicos – Freud, Klein e Adler – e prosseguimos com os autores contemporâneos, fazendo um estudo da relação fraterna, tanto em seus aspectos de disputa e de rivalidade como nos de solidariedade e de companheirismo. Focalizamos a formação da fratria, a posição na fratria, o vínculo fraterno, o complexo fraterno e o laço social. Constatamos, assim, a importância da fratria na constituição do sujeito e do laço social. Ilustramos a discussão teórica com fragmentos de casos de nossa clínica.

Palavras-chave

Fratria; irmão; função fraterna; vínculo fraterno; complexo fraterno; laço social.

Abstract

Goldsmid, Rebeca; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **Fraternal complex: constitution of the subject and social bond formation.** Rio de Janeiro. 2009. 87 p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Despite the importance of a brother in the constitution of the subject and social bond formation, only around the year 2000 contemporary authors began to show a greater interest in studying fraternal relationships. However, a great number of these studies and research are dedicated towards competition and rivalry rather than good coexistence and solidarity. In our psychoanalytic based theoretical review, we studied classical authors – Freud, Klein and Adler – and proceeded with contemporary scholars, studying the fraternal relationship in its dispute and rivalry aspects, as well as in its solidarity and companionship elements. We focused the formation of the phratry, the position in the phratry, the fraternal bond, the fraternal complex and the social bond. We verified the importance of the phratry in the constitution of the subject and of the social bond. We illustrate the theoretical discussion with fragments of clinical cases.

Keywords

Phratry; brother; fraternal relationship; fraternal complex; social bond.

Sumário

1. Introdução	10
2. Relação fraterna: os laços, o vínculo e o complexo fraterno	14
2.1. O laço	14
2.2. Vínculo fraterno	14
2.3. Complexo fraterno	18
2.4. O laço social	20
3. A fratria	29
3.1. A chegada do irmão: a formação da fratria	29
3.2. A posição na fratria	41
3.2.1. O primogênito	41
3.2.2. O segundo filho	47
3.2.3. O caçula	48
4. A rivalidade	51
4.1. A disputa, o ciúme, a inveja	51
4.2. Os irmãos no Antigo Testamento	58
4.2.1. O patriarca Abraão e seus filhos Isaac e Ismael	58
4.2.2. Isaac e seus filhos Esaú e Jacob	62
4.2.3. Caim e Abel	63
4.2.4. José e seus irmãos	65
4.2.5. As irmãs	67
5. A cumplicidade, o companheirismo, a solidariedade	69
6. Considerações Finais	80
7. Referências Bibliográficas	82

*“los hermanos sean unidos,
esa es la ley primera pues si
ellos se pelean, los devoran
los de afuera”.*

Hernández en el Martín Fierro,
citado por Moguillansky
e Vorchheimer (2001)

Introdução

Assim como ao nascer o primeiro filho de um casal inaugura a família e o conflito intergeracional, o segundo filho inaugura a fratria e dá origem ao conflito intrageracional. Não escolhemos nossos irmãos, eles nos são impostos por nossos pais, mas com eles compartilhamos a nossa história de vida, nossas experiências, vivências e lembranças por mais tempo do que provavelmente com qualquer outra pessoa. Ser e ter um (a) irmão (ã) vai se constituir numa das três contingências vitalícias, pois assim como não há ex-pais nem ex-filhos, Silveira (2002) coloca que “não existem ex-irmãos” (p. 94).

Com nossos irmãos dividimos nossa carga genética, nossa família, nossa classe social, nosso contexto histórico e a eles estamos ligados ao longo de nossa vida por uma rede de relacionamentos familiares. O relacionamento fraterno vai se constituir, por sua vez, em uma teia complexa de sentimentos e emoções ligados a elementos de caráter cognitivo, cultural e social entrelaçados e difíceis de separar. Ele surge geralmente na primeira infância do indivíduo e desempenha um papel fundamental na determinação de suas características de identidade e personalidade. Rustin (2008) coloca que na contemporaneidade, o aumento do tempo de expectativa de vida e a retração da assistência social enfatizam a importância dos irmãos para partilharem as responsabilidades emocionais, financeiras e práticas dos cuidados com os pais idosos, que em caso de falta de recursos ficam marginalizados.

Embora as relações fraternas tenham um valor primordial na vida e ocupem lugar de destaque nos filmes, novelas, romances, contos, mitos e lendas, relações familiares, sociais e institucionais, elas têm sido relativamente pouco estudadas nas teorias psicanalíticas (Brusset, 1987; Mogueillansky & Vorchheimer, 2001; Rustin, 2008). Desde Freud, o relato de casos clínicos mostra a importância do irmão ou irmã para a subjetividade infantil, mas a teoria enfatiza a relação com os pais. A psicanálise tem privilegiado o complexo edípico, conferindo-lhe uma importância maior que o irmão, o semelhante, poderia ter na constituição do sujeito (Brusset, 1987; Kehl, 2000) e do laço social.

Ao privilegiar o complexo edípico como nuclear na função estruturante da personalidade e do desejo, a Psicanálise eclipsa o valor específico do complexo fraterno. Este é considerado ora como o deslocamento do complexo de Édipo sobre as relações de irmãos e irmãs, ora como uma defesa para evitar o complexo edípico, ou ainda como uma pré-elaboração do complexo de Édipo.

A nossa experiência clínica no atendimento individual e de casais trouxe à baila a questão do laço fraterno e da relação fraterna. São frequentes os relatos a respeito de irmãos. No atendimento de clientes individuais observamos que estes se queixam muitas vezes de seus irmãos, sentem-se prejudicados pelos mesmos, consideram que os pais os favorecem em seu prejuízo, podendo as desavenças em inúmeros casos culminar com o rompimento da relação, com o fato de não se falarem mais. Quando falam da família mais ampla, tios e avós, é comum revelarem ter afinidade e contato maior com um dos ramos da família, paterna ou materna, em detrimento do outro. Do mesmo modo, os casais que atendemos mostram uma maior proximidade com a família de um dos membros do casal. O ramo com que se relacionam menos, tanto no caso individual como no de casal, é frequentemente descrito como “esquisito, distante”. Observamos também, no atendimento de casais, o mau relacionamento de um de seus membros com os irmãos do outro, demonstrando ora ciúmes, ora competição. Perguntamo-nos se em ambos os casos não estamos diante de um deslocamento dos conflitos com os próprios irmãos.

Considerando os relatos da Torah, do Antigo Testamento, como sendo a transcrição da transmissão oral de mitos e lendas de uma fratria (no sentido de grupo de clãs que apresentam características similares), aí encontramos os grandes temas da fantasmática inconsciente, a saber, o incesto e o fratricídio, este último como resultado da rivalidade exacerbada entre irmãos. Um episódio narra que Caim vai matar seu irmão Abel, o que era preferido por Deus. Por outro relato, ficamos sabendo que Sara mulher de Abraão, não conseguindo conceber, dá sua serva egípcia, Hagar, para Abraão com intuito que este a engravide. Hagar dá um filho a Abraão, Ismael. Posteriormente Sara engravida e concebe Isaac. Sara vai então exigir que Abraão expulse Hagar e Ismael, para que este não divida a herança paterna com seu filho. Um terceiro mito nos conta que a rivalidade entre os irmãos Esaú e Jacob fará com que o segundo, preferido da mãe Rebeca e com

sua cumplicidade, engane o pai, Isaac, e roube de Esaú a bênção para o primogênito (posteriormente os dois se reconciliarão). Uma quarta narrativa nos mostra, porém, que José, embora vendido por seus irmãos ciumentos como escravo, será quem vai assegurar a sobrevivência e a linhagem da família. Destes relatos deduzimos que a rivalidade entre irmãos, levada ao extremo e transmitida como algo inevitável, se faz presente “desde que o mundo é mundo”.

Entre irmãos encontramos a rivalidade como o reflexo do que é inerente ao ser humano e, na contemporaneidade, a violência e as guerras talvez se manifestem como consequência do que pode ocorrer entre irmãos. Inúmeras vezes observamos que quanto mais próximos, “mais irmãos”, as rivalidades e hostilidades parecem aumentar. Assim, grupos diversos dentro de um mesmo partido político, de uma mesma religião, comunidades vizinhas e próximas em todos os aspectos, inclusive dentro de um mesmo país, podem vir a se considerar inimigos mortais. Estamos diante do que Freud ([1921] 1993, [1930] 1993) denomina “narcisismo das pequenas diferenças”, em contraposição ao fato de que, segundo ele, quando as diferenças são grandes não nos espantamos com a dificuldade em superar a aversão ao outro.

Na tentativa de compreensão do mundo atual em que rivalidade e violência, que sempre existiram, parecem aumentar, observamos a continuidade ininterrupta de guerras fratricidas. Não é fácil para o homem renunciar à satisfação de sua inclinação agressiva, pois como já disse Freud ([1930] 1993), citando Thomas Hobbes, o homem é o lobo do homem. A rivalidade existente no ser humano se reflete no social.

À nossa experiência clínica aliou-se a observação do entorno social. Nas duas situações, foi possível verificar o rompimento de relação entre irmãos se repetindo por duas, e até três gerações. Nesses casos, deparamo-nos muitas vezes com primos distantes, filhos desses irmãos, que mal se conhecem e pouco se encontram. Ainda na mesma situação de irmãos (pais e tios) que não se falam podemos encontrar primos com bom relacionamento entre si, como se não tivessem nada a ver com a briga dos respectivos pais.

Por outro lado, também tivemos oportunidade de observar, tanto no consultório como na vida social, famílias em que os irmãos são solidários, companheiros, cúmplices, mantendo uma relação de grande proximidade afetiva, relação essa que se estende à família mais ampla quando crescem, isto é, o

intercâmbio afetivo amoroso entre tios e sobrinhos vai se refletir na amizade entre os primos. Rosen, Ackerman e Zosky (2002) demonstram por meio de um estudo que o fenômeno da “síndrome do ninho vazio”, que descreve a experiência de perda e crise de identidade dos pais quando todos os filhos deixam a casa, também pode ser encontrado entre irmãos. O último irmão remanescente experimentaria sentimentos de tristeza, de “ninho vazio”, quando todos seus irmãos partissem. Concluem que quanto maior o grau de proximidade na relação entre os irmãos, maior parece ser este efeito.

Alguns grupos e ONGS começam a se formar e surgir com a intenção de apoio e solidariedade, numa tentativa de uma camada da sociedade se contrapor à violência atual (movimento “BASTA”, por exemplo) através da demanda de fraternidade. A sociedade está agindo tendo como modelo o bom relacionamento entre irmãos. Há pequenos movimentos de retorno aos “bons costumes”, pois o que ocorre na família se repete na sociedade maior.

A partir, sobretudo, do ano 2000, textos de autores contemporâneos apontam para o papel fundamental do complexo fraterno na estruturação da vida psíquica individual, assim como na constituição do laço social. Propomo-nos, neste trabalho, a realizar uma pesquisa teórica, na abordagem psicanalítica, visando a ampliar a compreensão do papel da relação fraterna na constituição do sujeito e na formação do laço social. Utilizaremos tanto os conceitos de autores clássicos como Freud, Klein e Adler, como nos debruçaremos sobre os autores da contemporaneidade que vêm aprofundando o estudo desse tema, tais como Kehl (2000), Benghozi e Féres-Carneiro (2001), Eiguer (2001), Losso (2001), Moguillansky e Vorchemer (2001), Roith (2001), Moscona (2001), Britto (2002), Losso e Salvini (2002), Silveira (2002), Berlfein (2003), Coles (2003, 2006), Rufo (2003), Kancyper (2004), Kaës (2005, 2008), Berenstein (2007, 2009), Rustin (2008), dentre outros. Ilustraremos a discussão teórica com fragmentos de casos de nossa clínica.

Para efeito de nosso estudo, consideraremos os irmãos, filhos do mesmo casal, com o qual convivem, sem levar em conta os casos de gêmeos. Quando utilizarmos o termo irmão, estaremos nos referindo a qualquer dos gêneros.

2

Relação fraterna: os laços, o vínculo e o complexo fraterno¹

2.1

Laço

Benghozi e Féres-Carneiro (2001) estudam a fratria numa perspectiva psicanalítica do laço. Lançam mão de uma metáfora em que os continentes genealógicos podem ser representados como sendo constituídos de malhas, com uma trama e uma tessitura. Enquanto a malha é a agenciamento dos laços psíquicos, a tessitura é o trabalho psíquico de construção-desconstrução dos laços. A tessitura genealógica permite a integridade e a manutenção dos continentes genealógicos grupais, familiares e comunitários.

Continuando com a metáfora, poderá ocorrer como numa rede, um “buraco ou um rasgão” com o desfazer das malhas. Compreendem como laço, os laços psíquicos de filiação e de afiliação. O laço de filiação é uma construção psíquica sustentada pelo real biológico da filiação. O laço de afiliação vai abranger qualquer laço que determine o fato de pertencer a um grupo, a uma instituição, a uma comunidade. O laço social é um laço psíquico afiliativo, sustentado na realidade sociológica da inscrição no espaço grupal social.

Consideram a fratria uma entidade psíquica grupal, sincrônica, com um aparelho psíquico específico, diferente da soma dos psiquismos individuais dos irmãos e das irmãs, e que constitui o continente grupal de fratria. O fraterno diz respeito à dinâmica consciente e inconsciente dos laços e das relações interindividuais. A fratria vai ser a herdeira da transmissão psíquica familiar. Cada irmão vai ser o portador da transmissão nos níveis inter, intra e transpsíquico. Os autores diferenciam ainda laço fraterno de relação fraterna. O laço fraterno, o ser

¹ Laço e vínculo são muitas vezes empregados como sinônimos, dependendo dos autores e das traduções. De um modo geral as traduções utilizam vínculo para os autores de língua espanhola e laço para os de língua francesa. Respeitaremos a terminologia de cada autor.

irmão e irmã em uma mesma família, não define a relação fraterna, que poderá ser próxima ou distante, fria ou calorosa, amistosa ou conflituosa.

2.2 Vínculo fraterno

Na modernidade, a metáfora das “unidades elementares” própria do pensamento positivista, deu lugar a outras como as de “rede” em que o ponto de partida é o vínculo. Já não falamos mais em átomos isolados, mas sim em rede. O pensar a metáfora da rede no campo do vincular nos permite imaginar o sujeito, seus vínculos e a cultura como fios de uma trama que se entrecruzam, se juntam, se separam e onde há também pontos vazios. Esse ponto de vista possibilita a passagem de uma concepção estática, com espaços separados para o sujeito, os vínculos e a cultura, para uma concepção dinâmica, com organizações afastadas do equilíbrio e em permanente intercâmbio, que armam a cada momento uma configuração singular e situacional (Matus, 2003).

Czernikowski (2003) define o vínculo como aquela relação entre dois ou mais elementos de um conjunto, entre os quais se produz o que em psicanálise denominamos “investimento”. Embora o conceito freudiano tenha sido aplicado às representações, a um grupo delas ou a partes do próprio corpo, a autora estende a aplicação desse conceito aos vínculos. Pensa o vínculo fraterno desdobrado em três tempos lógicos e não cronológicos, referindo-se a um tempo que transcorre em intervalos, não é contínuo e cujos intervalos não estão marcados por sua duração, mas por marcas significantes que determinam a passagem entre um e outro momento. Os tempos podem ocorrer simultaneamente e nada assegura em qual deles ocorrem os fatos.

- 1- Tempo da rivalidade- momento em que os irmãos concorrem pelo mesmo; rivalizam pela destituição que cada um deles sofre frente ao amor paterno/materno; trata-se de “eu ou o outro”.
- 2- Tempo de união ou de conjunção – tempo de união da fratria, de enlace, de coincidência. O que uniria os irmãos na análise que Freud ([1913] 1993) fez do mito em *Totem e Tabu* não seria apenas o fato de terem o mesmo pai, mas sim o assassinato simbólico do mesmo. A destituição do filho se alteraria para a destituição do pai.

3- Tempo de desunião ou de separação – dará lugar a outras conjunções, às relações com os pares, à aliança conjugal, à saída exogâmica, que cada cultura realiza de acordo com o que considera como sendo exogâmico. É o momento de abertura para outros vínculos e é importante que não se converta em um retorno total ao tempo da rivalidade, do “salve-se quem puder”.

Berenstein (2009) considera como vínculo a conexão ou enlace, o laço que une duas ou mais pessoas (sujeitos) de uma maneira estável (cada um decide o que é estável), vínculo este que lhes permite fazer e ser diferentes do que o seriam individualmente ou se estivessem em uma relação com outra pessoa.

O vínculo fraterno é inseparável do vínculo parento-filial. Na cadeia de gerações os lugares vão sendo atribuídos e ocupados, lugares estes dos quais não é fácil escapar, uma vez que a trama vai se configurando no entretecido dos respectivos narcisismos e respectivas resoluções edípicas. Apesar de o vínculo fraterno ter sua peculiaridade específica, nele se condensam, ao longo da vida, sucessivas ressignificações dos vínculos edípicos, com deslocamentos inconscientes das figuras dos pais sobre os irmãos, que poderão reaparecer por ocasião da eleição amorosa. Do mesmo modo poderemos encontrar no vínculo fraterno repetições de vínculos primários mais arcaicos, em que estão em jogo as identificações primárias (Cárdenas, 1993).

Brusset (1987) sustenta que os compromissos do vínculo fraterno são diferentes daqueles que se originam nas relações com os pais, nos planos objetual e narcisista. Muitas vezes os resultados são de uma maior aspereza pulsional consciente, diretamente assumida, egossintônica em ações e atitudes que podem fixar-se e generalizar-se para constituir uma forma habitual de relação com o outro. Eiguer (2001) acrescenta que o vínculo fraterno, por situar-se na mesma geração, é próximo, igual e simétrico ou dissimétrico (devido à diferença sexual), ao invés de assimétrico como o vínculo paterno-filial. Esta simetria ou dissimetria permite uma maior liberdade de seus membros, facilita suas relações. A dominação de um irmão sobre o outro, se houver, é negociável e pode se inverter. Ela não é pressuposta, não define o vínculo, ao contrário do que ocorre na relação pai-filho. Caso um dos irmãos se considere o mais “forte”, poderá estar contando com o apoio de um dos pais.

Jaitin (2001) levanta a hipótese de que assim como a mãe é o primeiro objeto intermediário entre a criança e o mundo (entre o eu e o não-eu), os irmãos,

enquanto sujeitos reais, representam os primeiros brinquedos, os primeiros instrumentos de apropriação ou de utilização da realidade. O vínculo fraterno é o primeiro objeto lúdico, seja porque se constitui como apoio ou dificuldade para o conhecimento sobre a origem, seja porque se torne o suporte do obstáculo epistemológico que impede o pensar sobre si e sobre a realidade cultural.

Segundo Jaitin (2001, 2003) o vínculo fraterno seria uma construção psíquica comum aos membros de uma fratria, que lhes permite distinguir-se como subgrupo dentro do grupo familiar. Ele corresponde ao modo de organização de um agrupamento psíquico que é a herança transgeracional própria dos membros de um grupo da mesma geração, consanguíneo ou não. Sua característica é assegurar a transmissão dos laços intra-subjetivos, intersubjetivos e transubjetivos em seus aspectos sociais, culturais e políticos. Cada sujeito está assujeitado ao seu inconsciente, à sua família, ao seu grupo social, à sua cultura, ao seu sistema político e à realidade histórico-social em que o sujeito do vínculo fraternal transita. Nesse sentido ele é ao mesmo tempo articulador, modelo de identificação e motor de transformação na família. A criança não se apóia somente na mãe, mas também no “si” coletivo do grupo de pares, em particular no grupo fraternal, mediador entre o “si” familiar, e o “si” social, cultural e político.

As categorias espaços-temporais organizam a representação do vínculo fraternal e nesse sentido a autora fala de Aparelho Psíquico Fraternal. Os organizadores espaciais intrapsíquicos e intersubjetivos são articulados por um lado pelas idéias representadas pelo envelope fraternal diferenciado do envelope familiar e por outro pela representação de si como irmão, diferenciada da representação como familiar. O irmão, ao obrigar a criança a renunciar a considerar-se o objeto exclusivo e privilegiado da figura materna, facilita a diferenciação do real e do imaginário, e assegura a mediação e o intercâmbio entre a realidade psíquica e a realidade grupal em seus componentes familiares, sociais e culturais. Se o irmão assegura a mediação e o intercâmbio acima citados, podemos falar do vínculo fraterno como constitutivo do aparelho psíquico. O aparelho psíquico fraterno está organizado por fantasias, pela ilusão de um corpo unitário (psiquismo das massas) e pela diferenciação geracional apoiada pelo tabu do incesto. Esses três elementos organizam e sustentam o vínculo do agrupamento fraterno. Em consequência, a fratria constitui um protótipo do grupo interno,

porque o vínculo fraterno permite articular a realidade corporal com a realidade psíquica, a realidade social e a realidade cultural.

Losso e Silvani (2002) entendem como vínculo fraterno as modalidades dos vínculos intersubjetivos entre os irmãos. O vínculo fraterno tem um aspecto duplo: por um lado o narcisista (o outro como duplo especular) que tende a anular as diferenças e contribui para criar uma grande intimidade e, por outro, a fratria que possibilita o desenvolvimento dos vínculos intersubjetivos (objetais) de aprendizagem e de respeito pelo outro. Os aspectos narcisistas e objetais do vínculo fraterno podem, porém, vir a gerar os conflitos entre os irmãos. Os aspectos narcisistas implicam em uma falta de reconhecimento da individualidade do outro, mas se expressam às vezes como uma falta de afinidade em seus interesses. Os aspectos objetais podem se manifestar como rivalidade edípica, competição no campo escolar, profissional, social, e outros. A experiência da relação fraterna deixa suas marcas no espaço intrapsíquico de cada um. Os modelos vinculares daí provenientes tais como ambivalência, rivalidade fraterna, sujeição frente ao irmão, impulsos de domínio, sentimentos amorosos, necessidade de reparar e outros tendem a repeti-se, manifestando-se nos vínculos com outros grupos de pares ao longo da vida, incluindo a relação de casal.

2.3 Complexo fraterno

Kaës (1999, 2003, 2005, 2008) diferencia complexo fraterno das relações fraternas, que descrevem uma estrutura de vínculos consanguíneos horizontais, entre pares, que se situam em relação vertical, face às gerações que os organizam principalmente pais e avós. Conceitua complexo fraterno como um conjunto organizado de representações e de investimentos inconscientes, constituído a partir de fantasmas e de relações intersubjetivas, nas quais a pessoa toma seu lugar de sujeito desejante. O complexo fraterno designa uma organização fundamental dos desejos amorosos, narcísicos e objetais, do ódio e da agressividade, face a este outro que o sujeito reconhece como irmão ou irmã; este complexo se inscreve na estrutura das relações intersubjetivas, organizadas pela representação inconsciente, dos lugares correlativos que ocupam o sujeito, o irmão e a irmã em relação ao objeto do desejo da mãe e ou do pai. O complexo fraterno não vai se

limitar a ser um deslocamento da questão edípica, mas vai se constituir em uma estrutura, com uma dinâmica e uma economia próprias.

A concepção estrutural do complexo, segundo o autor, inscreve-o em uma organização intrapsíquica triangular, em que cada elemento se define pela relação privilegiada que mantém com cada um dos outros elementos, e pela relação da qual é excluído. A relação dual que aparece na observação tem como pano de fundo a estrutura de um complexo. Segundo o autor, o vínculo intersubjetivo pede outro nível de análise: a das relações entre os diferentes complexos dos sujeitos quando eles entram em relação. O complexo é um dos organizadores psíquicos inconscientes do vínculo. A análise do vínculo, entretanto, integra também as relações entre as imagos, as relações de objetos, as identificações, os mecanismos de defesa dos sujeitos que formam o vínculo. Os vínculos implicam em diversas modalidades de alianças conscientes e inconscientes que os mantêm. Se o complexo se fundamenta, por um lado, nos vínculos interpessoais constituídos durante a história infantil, ele não se confunde com eles. Complexo fraternal e vínculo fraternal formam assim dois níveis de análise a serem articulados. Kaës (2008) considera ainda que o complexo fraterno organize o vínculo fraterno, cujos efeitos são particularmente sensíveis, além de na família, nos grupos e nas instituições.

Referindo-se ao complexo fraterno como complexo adélfico, Kaës (1999) faz uma análise interessante da posição dos laços e das relações adélficas no mito e na tragédia de Édipo. Os irmãos e irmãs de Édipo são incestuosos, uma vez que são ao mesmo tempo, seus filhos Eteócles e Polinice e suas filhas Antígona e Ismênia, com sua mãe Jocasta.

Após a morte de Jocasta, Creonte, seu irmão, assume o reino e ordena, de acordo com Polinice e Eteócles, malditos por seu pai-irmão, a expulsão de Édipo, cego, de Tebas. Antígona (cujo nome significa vinda em lugar de uma mãe) e Ismênia lhe permanecem fiéis. A primeira o acompanha para guiá-lo e a segunda permanece em Tebas para cuidar de seus interesses. Polinice e Eteócles disputam o reino. Antígona e Ismênia retornam a Tebas após a morte de Édipo e encontram os irmãos em guerra. Eles se enfrentam em uma batalha para decidir a sorte e se matam. Creonte recusa a Polinice uma sepultura em Tebas, sua Terra-Mãe. Ismênia submete-se ao decreto do tio, enquanto Antígona protesta e arrisca sua

vida para sepultar o irmão. Une-se a ele em sua morte, enterrada viva em sua tumba.

O complexo fraterno na fratria, resultante do incesto de Édipo e Jocasta, vai se definir através de cada um dos sujeitos do conjunto Antígona/ Ismênia/ Polinice/ Etéocles em uma relação de filiação adélfica: o filho é irmão, a filha é irmã e vice-versa. Para Kaës qualquer criança ocupa essa posição “edípica”, incestuosa.

Kancyper (2004) enfatiza a fundamental importância do complexo fraterno para a estruturação da vida psíquica individual e social do sujeito. Considera que em geral, há uma tendência a pensar que o complexo fraterno é um mero deslocamento do edípico, como se fosse um caminho linear de ida, um desenvolvimento programado dos investimentos objetivos nas figuras parentais para substituí-las por outras: irmãos, primos e amigos que favoreceriam gradual e progressivamente o acesso à exogamia. O complexo fraterno, entretanto, apresenta uma especificidade irreduzível que se articula com a dinâmica narcisista e edípica, mas independe de seus eventuais deslocamentos nas relações entre os irmãos. Acrescenta que os ressentimentos e os remorsos que surgem a partir da dinâmica vincular entre os irmãos podem assumir uma importância significativa, determinando, inclusive, em grande parte, o destino de suas vidas e das vidas de seus descendentes.

2.4 O laço social

Em *Totem e Tabu*, Freud ([1913] 1993) cria um mito da origem da civilização: a passagem da horda primitiva, indiferenciada, regida por um pai tirânico, mas protetor, com poderes absolutos de vida e morte sobre seus membros e possuidor de todas as fêmeas, para o clã totêmico e finalmente para o pacto fraterno. Na horda primordial todos os filhos se consideravam igualmente perseguidos pelo pai e o temiam de forma idêntica. O pai poderoso os expulsava ou assassinava, por considerá-los rivais perigosos. Em certa ocasião, percebendo que unidos seriam mais fortes do que individualmente, os filhos se reúnem, matam o pai, ao mesmo tempo inimigo e ideal e, em seguida, ingerem seu corpo numa refeição coletiva, pondo fim à horda paterna ([1913] 1993; [1921] 1993).

Decorrido um lapso de tempo de disputas, em que lutavam pela herança paterna que cada um queria só para si, os irmãos percebem que, após o assassinato

do pai, nenhum deles poderia ocupar o lugar do tirano, pois despertaria nos demais, a mesma inveja e o mesmo ciúme que o pai havia despertado neles. A percepção do perigo e da inutilidade dessa luta, a lembrança da façanha libertadora realizada em conjunto, a culpa e o arrependimento pelo parricídio e as lembranças dos sentimentos recíprocos que haviam nascido entre eles durante a época da expulsão os levaram a unir-se em um clã de irmãos, em fratrias. Pactuaram então uma espécie de contrato social, destinado a impedir a repetição do feito assassino. Cada um renunciava a conquistar para si a possessão da mãe e das irmãs. O grupo de irmãos deve ter sido impulsionado ao assassinato do pai pelo amor à mãe e às irmãs, amor esse que Freud imagina como sendo primitivo, íntegro, com íntima união de ternura e sensualidade. Instituíram o tabu do incesto e instauraram a exogamia, a proibição de toda relação sexual com as mulheres da família, amadas com ternura desde a infância, garantindo assim a força e a coesão interna do grupo e introduzindo a separação entre as moções ternas e as sensuais do varão. Precisavam buscar mulheres estrangeiras (Freud, [1913] 1993; [1921] 1993).

A memória do pai continuou viva, entretanto, neste período de “liga dos irmãos”. Como substituto do pai adotaram um animal forte, o totem. Temos a origem da exogamia estreitamente relacionada com o totemismo. O vínculo com o animal totêmico conservava, entretanto, a ambivalência da relação original com o pai: por um lado era considerado o ancestral carnal e o espírito protetor do clã e como tal devia ser honrado; por outro, foi instituído um dia festivo uma vez por ano, ocasião solene, em que nenhum dos irmãos podia se excluir, quando lhe davam o mesmo fim do pai primordial; era morto cruelmente e festivamente devorado por todos: seu sangue, sua carne, seus ossos. Os membros da linhagem se disfarçavam assemelhando-se ao totem como se quisessem destacar a identidade entre o totem e eles (Freud, [1913] 1993).

O banquete totêmico permite reviver o pai por meio do desmentido de sua morte efetiva. Em alemão a mesma palavra –schuld- significa culpa e dívida; o sujeito se constitui em culpado enquanto devedor: devedor de seus antepassados mortos, de uma dívida que deixa um saldo como culpa. Dívida e culpa seriam as duas faces da relação entre o sujeito e o pai simbólico. O assassinato do pai fundaria paradoxalmente a lei em sua obediência retrospectiva (Matus, 2003).

A psicanálise nos revela que o animal totêmico é o substituto do pai. O banquete totêmico, talvez primeira festa da humanidade, era a celebração da recordação daquele assassinato do qual nasceu a consciência de culpa da humanidade e com a qual se iniciaram a organização social, a religião e a limitação ética, com a renúncia ao pulsional e o reconhecimento de obrigações mútuas (Freud, [1913] 1993). Pensamos que a exigência da participação de todos no ritual coletivo servia para diluir a culpa e a responsabilidade individual pelo feito.

À proibição, de raiz religiosa, de não matar o totem na vida diária acrescentava-se a proibição de cunho social de “não matar o irmão”. A horda paterna havia sido substituída pelo clã de irmãos que se reasseguravam pelos laços de sangue. Após um grande lapso de tempo essa proibição não se restringiria apenas aos membros da linhagem, seria ampliada para “não matarás” ([1913] 1993).

A marca do grupo fraternal vai ser um acordo, um pacto que suporta a falta e tolera a diferença, apesar de continuamente ameaçado pela competição, hostilidade e rivalidade fraternas. Há o deslocamento dos investimentos narcísicos, que eram dirigidos à figura do pai, para a figura do irmão e para os valores da cultura. O destaque é dado para o conflito edípico com a proibição do parricídio, do incesto e o posterior laço social. Temos o início do processo civilizatório, em que posteriormente, o pacto social representado pela família ocupará o lugar das fratrias (Kehl, 2000; Gageiro, 2002; Kaës, 2005).

O amor que fundou a família continua ativo na cultura, tanto em sua intenção original sem renunciar à satisfação sexual direta, como modificado na forma de ternura. A palavra amor designa tanto o vínculo entre um homem e uma mulher que fundaram uma família tendo como base suas necessidades genitais, como os sentimentos positivos entre pais e filhos, entre irmãos, entre os demais membros da família, embora Freud o designe nesse caso como amor de meta inibida, de ternura. O amor de meta inibida foi originalmente sensual e o segue sendo no inconsciente dos seres humanos. Quando a ternura dos pais evita excitar precocemente a sexualidade da criança antes que esta tenha atingido as condições corporais da puberdade, ao atingi-la o adolescente poderá eleger um objeto sexual. O mais imediato seria escolher as pessoas que se amava desde a infância, mas o tempo de amadurecimento sexual permitiu que se erguesse a barreira do incesto,

para excluir da eleição de objeto os parentes consangüíneos. Essa barreira é uma exigência cultural da sociedade. Ambos, amor sensual e de meta inibida, ultrapassam os limites da família e estabelecem novas ligações fora da família. O amor genital levará à formação de novas famílias e o de meta inibida às fraternidades, que escapando das limitações do amor genital, seu caráter exclusivo, por exemplo, vão ter importância cultural (Freud, [1905] 1993, [1921] 1993).

Matus (2003) se pergunta qual a relação entre complexo paterno e complexo fraterno na constituição da cultura e da subjetividade. Recorre ao mito bíblico de Moisés. Na história da cultura judaico-cristã, Moisés é o representante do povo hebreu, da aliança fraterna, o único capaz de suportar a voz divina e que será encarregado de interpretá-la. Conforme o mito bíblico, somente Moisés pode ter acesso à presença divina quando recebe as Tábuas da Lei, mas diferentemente dos demais não poderá ingressar na Terra Prometida. Moisés ingressaria no mito como metáfora do pai morto. O mito do assassinato do pai e sua ressignificação a partir do mito de Moisés e das Tábuas da Lei (Ex. 32) introduzem a possibilidade de articular a proibição do incesto e a dívida com o totem como duas faces do estabelecimento da lei enquanto ordem simbólica da cultura. O mito mostraria como se instalam em um só ato o complexo paterno e o fraterno: o primeiro permite a inscrição da diferença geracional e o segundo a garante. Ambos, complexo paterno e fraterno são duas faces diferentes, mas solidárias na constituição das legalidades para o sujeito e a cultura.

A autora sustenta que o fraterno mostra duas vertentes: uma transgeracional, a aliança para produzir o parricídio simbólico e uma intrageracional, a aliança que permite encobrir a angústia frente à impossibilidade vincular, o singular do outro, o vazio radical, permitindo elaborar o diverso do outro e promovendo a sobrevivência do grupo e de seus membros, reconhecendo-se mutuamente do lugar da alteridade. O transgeracional está mais relacionado com a transmissão de significações que faz a construção da história de uma legalidade enquanto o intrageracional põe em cena o acontecimento, permitindo o aparecimento de legalidades inéditas e singulares. Ambas se entremeiam e se reforçam mutuamente no sentido que história e acontecimento supõem.

A problemática do vínculo entre pares -irmão, próximo, semelhante- é condição imprescindível para a formação do laço social (Czernikowski, E.; Gaspari, R.; Matus, S., 2003). Em 1913 Freud já havia assinalado que os nomes

de parentesco, como por exemplo, irmão e irmã, pelos quais dois australianos se nomeavam não indicavam vínculos consanguíneos, mas sim vínculos sociais. Em *O Ego e o Id* ([1923], 1993) ele coloca que os sentimentos sociais nascem no indivíduo como uma superestrutura que se eleva sobre as moções de rivalidade e ciúmes para com os irmãos e uma vez que essa rivalidade não possa se satisfazer, estabelece-se uma identificação com os que foram inicialmente rivais.

Sternbach (2003) parte da noção de uma subjetividade feita de vínculo e cultura: considera a subjetividade, o vínculo e a cultura como três dimensões que coabitam em cada ser humano; em cada uma delas estão as restantes, resultando que são inseparáveis. O social não é um exterior em interação com uma suposta interioridade subjetiva; produz sujeitos e vínculos que por sua vez são os construtores da cultura em uma dinâmica que libera a tensão entre o instituído e instituinte, entre a tendência à permanência e a possibilidade criadora. A articulação cultura/subjetividade não diz respeito apenas à constituição subjetiva. A leitura do laço social também se enriquece pelo olhar que inclui o singular. Nessa perspectiva o humano é considerado um “entre”, precipitado de determinações que não se esgotam na primeira infância, devido à noção de um psiquismo aberto cujas condições inaugurais não excluem a produção de novas marcas a partir dos inúmeros entrecruzamentos que a vida possibilita. Esta perspectiva abre caminho para a inclusão do acaso e do acontecimento.

Kancyper (2004) enfatiza a fundamental importância do complexo fraterno para a estruturação da vida psíquica individual e social do sujeito. Na psicologia das massas, as influências estruturantes e desestruturantes deste complexo vão se manifestar na oscilação das relações ambivalentes de crueldade e solidariedade que se apresentam nos diferentes povos e religiões, e que resistem ao desgaste do tempo e às mutações históricas. Os ressentimentos e remorsos conscientes e inconscientes, suscitados pelo narcisismo das diferenças entre as religiões, os povos e as nações, têm originado devastadoras conseqüências pelo repetitivo e contínuo ressurgimento de um poder fanático que irrompe com ferocidade ao largo da história da humanidade, como conseqüência da recorrente ativação da força destes afetos.

Um modo freqüente de sustentar a tríade saber/temporalidade/outro se encena dramaticamente nos fanatismos coletivos que se amparam em lutas étnicas ou religiosas travadas pelas gerações anteriores, às vezes muito distantes das

atuais. Nestas situações a transmissão transgeracional de significações se produz, a nível social, quase sem transformação nem elaboração alguma. Os fundamentalismos históricos se caracterizam por pretender abolir a história ao consagrar e sustentar os fatos ancestrais mais além das condições que os produziram em suas respectivas épocas. A violência social pode então ser considerada como um fato traumático repetido compulsivamente ao longo das gerações, ocorrendo o não escrito como se história fosse (Sternbach, 2003).

Ainda segundo Sternbach (2003), o fraterno incluirá a fraternidade, entendida como trama horizontal entre pares, por sua vez semelhantes e diferentes. A questão do fraterno pode ser considerada em um sentido que excede o do laço familiar do vínculo de irmãos embora este apresente a especificidade do tabu do incesto, que lhe confere um status diferente do tipo de ligação que caracteriza a fraternidade, mas possibilita a ampliação de algumas de suas características para o âmbito institucional e social. Sob a noção de fraterno podemos nos referir ao laço horizontal entre pares que se tensiona entre o eixo da semelhança e o da diversidade, o que nos introduz na questão do outro, aquele que sendo o semelhante nos confronta com o diverso. Cabe fazer aqui uma distinção entre diferença e diversidade segundo a autora: diferença implica uma polaridade, uma dualidade entre dois termos; diversidade pode existir entre mais de dois elementos; não se trata de uma dualidade, mas de uma multiplicidade que admite outras combinações e invenções, o que abre caminho a diversidades inesgotáveis que cada vez mais admitem marcas suplementares; situação em que os pontos estruturais de vazio convocam a novas marcas em um interjogo complexo de determinação, indeterminação e criação. Isto tudo pensado tanto no que concerne ao plano da subjetividade como ao da problemática do vínculo e do laço social. Neste aspecto, o que não for possível de ser coberto pelo laço abre caminho para a inclusão da diversidade entre os semelhantes, cuja aceitação, sempre conflitiva, conforme a autora, articular-se-á à problemática do fraterno.

Puget (2003) considera que a subjetividade que se institui no espaço que chama de social tem sua própria maneira de se constituir a partir de um jogo de diferença entre os membros de um conjunto. Esse jogo não se dará a partir da diferença de sexo ou da diferença geracional, mas simplesmente pelo potencial devido à alteridade e ao que está alienado de cada um e do outro para sempre (o estrangeiro em si). Esse espaço social contém dois espaços heterogêneos: um

resulta da transformação da estrutura familiar. O outro tem sua própria origem e constitui o coletivo, um espaço necessário, mas contingente. Este espaço provém de um trabalho de ligação que se realiza quando o problema o impõe.

Moscona (2003) interroga como se organizam e se constituem nos grupos os vínculos baseados no eixo horizontal. Esta constituição diz respeito às formas organizadoras de pertencimento e participação que se manifestam mediante uma lógica diferente das que se configuram sob a égide da verticalidade, uma vez que esta se encontra sempre organizada ao redor de um chefe ou líder. Considera a horizontalidade como um cruzamento problemático existencial, diferente do conceito que afirma que “somos todos iguais”. As práticas horizontais revelam a existência de investimentos e vínculos significativos em qualquer momento da vida. As marcas e registros destes vínculos não são necessariamente duplicação do originário e possibilitam a fundação, com os outros, de espaços que possibilitem o tornarem-se sujeitos. A horizontalidade pode ser considerada um espaço transicional enquanto facultativo de diferenças.

A vincularidade baseada na dimensão do horizontal aponta para a inserção do sujeito em um entrelaçado de laços sociais sob a forma de uma inscrição simbólica, imaginária e real em uma rede. Esta perspectiva tenta ampliar o campo da responsabilidade dos vínculos e pelos vínculos em tornar-se outro com os outros. “Herdar transformando” é um legado freudiano que nos implica e nos responsabiliza como sujeitos pertencentes ao universo e ao momento histórico em que vivemos. A modalidade horizontal, na medida em que se conserva no tempo pode por seu funcionamento gerar sua própria verticalidade. O processo de se tornar sujeito em um grupo de pares é uma experiência inédita que emana dessa mesma grupalidade. A paridade é uma modalidade de funcionamento da horizontalidade no vincular.

Verticalidade e horizontalidade formam parte de uma ordem simbólica que possibilita a construção de um terceiro lugar “mais além” dos membros que se ligam entre si. Coordenam vínculos e enlacs eróticos que propiciam as condições de possibilidade sublimatória do laço social. Enfatiza a paridade como instituinte de um ordenamento conforme a regulação mútua capaz de convocar e de garantir a multiplicidade das diferenças. Assim, as diferentes formas de agrupamentos entre pares vão propiciar modos de produção de subjetividade e de configurações vinculares próprias dos laços horizontais e distintas entre si, tais como, por

exemplo, os grupos de ajuda mútua, os grupos de adolescentes e os grupos de profissionais.

Fourez (1999) analisa o universo social moderno e pós-moderno. Considera o moderno como sendo constituído de um mosaico de indivíduos coexistindo lado a lado em sua singularidade e em sua solidão. Os laços sociais modernos e pós-modernos são bem diferentes. O laço social moderno se articula, sobretudo e graças à dimensão vertical que o capacitou a criar uma aliança entre os indivíduos em nome, por exemplo, de uma ideologia, de uma nação, de uma religião, de uma ciência que eles enriquecem e alimentam. Trata-se de um laço social instituído a partir do vertical e que organiza a participação do homem a partir dessa verticalidade.

O laço social pós-moderno se baseia na coexistência de singularidades, que cada um deve negociar a cada momento. Ele parte do e se organiza pelo nível horizontal, isto é, da relação da qual poderá emergir o sentimento de “possuir um laço”. A relação pós-moderna, que deve ser ativada e reativada pela expressão das singularidades será então posta à prova a todo o momento. A percepção de “ter um laço” necessita estar permanentemente conectada, daí advindo as dependências relacionais de nossos dias. Assim, o laço inter-humano dificilmente poderá se interiorizar ou representar. Torna-se difícil viver como eremita, este ser que tem a capacidade de interiorizar um laço a tal ponto que mesmo fora de uma relação pode experimentar a permanência e a segurança do laço.

Talvez o vínculo de amizade represente a qualidade de fraterno, enquanto semelhante, que todo vínculo implica em última instância: estamos todos no mesmo barco da existência (Matus, 2003). Para Kancyper (2004), a amizade é uma relação de irmandade eleita, não imposta por laços consangüíneos, em que se desativam os desejos edípicos e fraternos postos em movimento pela aspiração de vir a ser o único herdeiro e filho preferido de um (a) pai/mãe/Deus. Na amizade estabelecem-se relações de objeto exogâmicas, embora possam vir a ser infiltradas pelos complexos narcisistas e parentais. Na amizade os laços consangüíneos são então substituídos pelos laços sublimatórios.

A lógica da solidariedade é condicionada pela aceitação prévia de admitir-se como um sujeito discriminado, incompleto e necessitado de se integrar com outros como resposta aos perigos da fragmentação, da exclusão e do isolamento narcisista, além do abuso de um poder, em muitos casos mascarado verticalmente

pelas gerações. Assim temos esperança da possibilidade de reconquista do interminável processo da identidade individual e social, construído sobre os alicerces consolidados da confraternidade (Kancyper, 2004).

Concordamos com Earp (2002) quando afirma que do mesmo modo que a vida psíquica, que no início é individual e original, depende do estabelecimento de laços sociais para se desenvolver, para que haja vida em grupo e enriquecimento da cultura, vão ser necessários os “laços sociais sublimatórios” (p.15) estabelecidos entre os homens e seus grupos. Estes laços vão possibilitar que os processos criativos, construtivos e elaborativos em seu núcleo, dêem vazão aos impulsos eróticos e destrutivos retidos, que são fundamentais para a estabilização da vida social.

3

A fratria

3.1

A chegada do irmão: a formação da fratria

O nascimento do segundo filho inaugura simultaneamente a fratria e o conflito intrageracional. A sua chegada vai provocar um “terremoto” afetivo no mundo do até então filho único, pois vai abalar seus privilégios, obrigá-lo a dividir vantagens, além de reorganizar o funcionamento familiar. A notícia da gravidez, por si só, propicia uma gama complexa de expectativas a respeito da relação fraterna. O primogênito, até então filho único, deverá experimentar sentimentos de ambivalência para com seus pais e irmão que está para chegar. A chegada do irmão é a chegada do “estrangeiro”, daquele que com sua presença perturba o equilíbrio constituído.

Uma analisanda relata durante uma sessão:

‘Minha mãe contava que quando eu estava para nascer, os tios dela, que não tinham filhos e adoravam meu irmão como se fosse filho deles, disseram a ele que ele ia perder o lugar para mim. Ele não me aceitou, lembro que quando crianças e jovens ele não falava comigo. Até hoje nosso relacionamento é muito difícil. Ele foge o quanto pode de mim’.

A fratria desloca o primogênito do lugar único e privilegiado que este, até então, ocupava na relação com seus pais. Ao colocar o filho mais velho na situação de ‘apenas mais um, um entre outros’, a fratria possibilita sua introdução na rede de relações sociais. “Cada um de nós nutre a fantasia de ser alguém único, de ser o único a contar para os outros e no mundo. Abandonar essa idéia é difícil, mas necessário para viver entre os outros, com toda a sua vulnerabilidade (Rufo, 2003 p. 46)”.

Klein (1981) traz uma contribuição interessante para o estudo da relação fraterna: a noção de justiça, a lei. O segundo filho introduz na família essa noção. A partir de seu nascimento terão início partilhas, negociações, julgamentos. Vai ser preciso aprender a dividir, a compartilhar. O filho mais velho necessitará reorganizar seu espaço e sua maneira de pensar levando em conta a existência do mais novo. As relações passionais que ligavam o filho único a seus pais ficarão em segundo plano em função da vida em grupo. O nascimento de um irmão pode, entretanto, ser criativo para o mais velho uma vez que a rivalidade e o ciúme não são os princípios fundamentais da experiência fraterna nem sua totalidade, mas apenas parte dela (Coles, 2003).

Os irmãos vão formar um subgrupo dentro da família, também chamado de subsistema fraterno, ampliando o complexo edípico, transformando-o em complexo familiar. Didier Anzieu (2000) nos traz uma contribuição com seu conceito de “Eu-pele”. A instauração do Eu-pele responde à necessidade de um envelope narcísico e assegura ao aparelho psíquico a certeza e a constância de um bem-estar de base. O Eu-pele designa uma representação de que se serve o Eu da criança, durante fases precoces de seu desenvolvimento, para se representar a si mesma como Eu que contém os conteúdos psíquicos, a partir de sua experiência da superfície do corpo. Isto corresponde ao momento em que o Eu psíquico se diferencia do Eu corporal no plano operativo e permanece confundido com ele no plano figurativo. Fazendo uma analogia, podemos pensar que nos grupos há uma “pele”, envolvendo o seu vínculo, e podemos falar de uma cobertura imaginária que atua como continente e sustentáculo, produto do trabalho psíquico limitando e contornando o que é interior e o que é exterior. Essa “pele” protegeria o grupo de irmãos do meio externo.

Uma cliente relata durante uma sessão de análise:

‘A psicóloga da minha irmã disse uma coisa muito certa. Ela disse que a gente formou uma família fora do papai e da mamãe e é isso que aconteceu. A gente sempre se protege, eu, C., B., D. e S., tirando o F. que sempre teve vergonha da família; até quando a gente saía na rua ele sempre andava na frente. Mas nós quatro, se acontecesse uma coisa com um de nós, os outros protegiam’.

Uma cliente e suas três irmãs adultas, com as quais se parece fisicamente, fizeram uma viagem juntas. No decorrer da viagem, devido às semelhanças físicas, as pessoas perguntavam se elas eram irmãs e diante da resposta afirmativa manifestavam seu espanto: mas vocês viajam juntas! A cliente relata:

‘Elas se espantavam que a gente se desse bem. É claro que a gente brigava, mas roupa suja se lava em casa, a gente não ia brigar na frente dos outros. Irmão tem que formar um grupo unido’.

A relação entre os irmãos pode vir a ser a única mais íntima e diária entre iguais e se desenvolve no cotidiano, no compartilhar os momentos vividos, na repetição de experiências que vão se transformando em lembranças comuns. Pode vir a se constituir também na mais duradoura e longínqua relação, por ser vivenciada desde a infância até (espera-se) a velhice, uma vez que, de acordo com a lei natural da vida, os pais faleceriam antes dos filhos (Silveira, 2002), além do que, não é freqüente conhecermos nossos amigos desde o seu ou o nosso nascimento. Embora o relacionamento fraterno possa não ser o mais pregnante ao longo de todo o ciclo vital, ele deverá ser único em sua durabilidade (Brunori, 1998; White, 2001).

Quando boa, a relação fraterna serve como parâmetro para nos referirmos a um vínculo afetivo positivo. Dizemos a respeito de um amigo: “fulano é o irmão que não tive gosto dele como de um irmão”, do mesmo modo que falamos de um irmão como sendo nosso amigo. Como a relação fraterna é involuntária, ao contrário do que ocorre na de amizade, a transformação de um irmão em amigo vai depender não só das afinidades e diferenças, mas também da construção que pôde ser feita dessa relação dentro do espaço familiar. O relacionamento fraterno vai contribuir significativamente tanto para a harmonia quanto para a desarmonia familiar, e esse conjunto de vivências funcionará como um laboratório para as relações sociais experimentadas fora da família.

Silveira (2002) coloca que os irmãos não têm idéia do impacto que causam uns aos outros através da mútua socialização, cooperação, companheirismo, comportamentos agressivos e conflitos vivenciados. A relação fraterna possibilita o aprendizado da disputa, da admiração, da negociação, da cooperação, da inveja, da imitação, do diferenciar-se, do amar, do dominar, do odiar, do ceder, dentre

outros sentimentos e habilidades, que a partir destas trocas passarão a fazer parte das características do sujeito.

O apego, o desenvolvimento das relações de objeto, a diferenciação entre o eu e o objeto e a emergência dos objetos transicionais exercem um papel fundamental em nosso desenvolvimento psicológico. Eles são os precursores das transações fascinantes entre os irmãos na medida em que eles lutam para afirmar suas identidades diferenciadas. Um irmão que tenha sido o ator principal no drama encenado do desenvolvimento de uma criança poderá ser representado em seu interior como um objeto através de processos inclusivos tais como incorporação, fusão, e espelhamento; tais processos envolvendo um irmão poderão criar sentimentos de proximidade. Por outro lado, um irmão pode ser rejeitado através dos processos defensivos de recusa, projeção e identificação projetiva. Quando os processos defensivos em relação a um irmão predominam, sentimentos de distância e alienação podem ser gerados. As inúmeras combinações possíveis dos processos inclusivos e defensivos devem ser levadas em conta para entendermos os graus de ambivalência de um irmão em relação a outro. A afirmação de um adulto quando diz que “gosta” ou “não gosta” de um irmão pode ser considerada apenas a ponta do iceberg de experiências pré-conscientes ou inconscientes que ele sente, mas não consegue articular (Bank & Kahn, 1982).

Vários fatores, tais como gênero, diferença de idade, intervenções parentais e temperamento infantil, intervêm na relação fraterna para facilitá-la ou dificultá-la. Temperamento é aqui definido como o estilo ou padrão de comportamento individual que o sujeito utiliza ao relacionar-se com os outros e com o meio ambiente.

A- Gênero

Ter um irmão de sexo diferente pode ser vantajoso para o desenvolvimento da própria sexualidade, pois permitirá a descoberta da diferença sexual de uma forma mais natural. A curiosidade poderá ser satisfeita dispensando os recursos de olhar pela fechadura, ou por debaixo das saias das meninas, por exemplo. O nascimento de um irmão no período pré-edípico vai levantar as questões sobre sexualidade e mobilizar a investigação que precipitará sua entrada no Édipo: a descoberta da diferença sexual na infância, a origem dos bebês, a cena primária, a angústia de castração.

A pulsão de saber viria a partir dessas questões, que as crianças colocam com a chegada do irmão e que vão impulsionar as descobertas sobre filiação e a apropriação instrumental da realidade (Freud, [1905] 1993). Este irmão novo vai ser também o precipitador da angústia de castração. O pequeno Hans (Freud, [1909] 1993) tinha três anos e meio quando sua irmã nasceu e ao observá-la no banho diz que seu “faz-pipi” é pequeno e que crescerá quando ela for maior. Ao falar sobre as teorias sexuais da infância, Freud ([1908] 1993) generaliza, e afirma que o menino atribui a todos os seres humanos um pênis e que ao perceber os genitais de uma irmã, ao invés de comprovar sua falta, diz: “ela tem... mas é pequeno; claro que quando ela for maior, crescerá”.

Os irmãos vão se prestar, muitas vezes, ainda uns aos outros a brincadeiras e especulações sexuais, mesmo que o papel do irmão como objeto de primeira experiência incestuosa seja apenas o resultado do deslocamento do investimento libidinal sobre as figuras parentais. Essas brincadeiras e especulações favorecerão o início de uma série de novos campos de circulação libidinal que poderão projetar o sujeito para fora do triângulo edípico.

O desenvolvimento sexual de uma criança pode ser drasticamente afetado pela forte identificação ou rivalidade com um irmão do mesmo sexo a quem considere bonito ou feio. A identidade sexual frequentemente se utiliza dessas comparações sociais assim como da percepção que a criança tem da expressão sexual das funções corporais de seu irmão e como este irmão ou irmã se relaciona com outros meninos e meninas (Bank & Kahn, 1982).

Com a chegada da adolescência a relação entre irmão e irmã pode ser ainda de maior cumplicidade e proximidade do que a que se dá entre adolescentes do mesmo sexo. A irmã pode se tornar a confidente ideal e o irmão um protetor devotado. Este bom relacionamento irmão/irmã, por sua vez, poderá se estender à fase adulta e às novas famílias formadas em que cunhados e cunhadas participarão de um bom relacionamento familiar.

B- Época e diferença de idade

A relação fraterna é formada e fortalecida durante a infância, apresenta o ápice dos conflitos e das transformações na adolescência e geralmente se reequilibra na idade adulta e na velhice, apresentando uma nova forma de manutenção da relação.

A maior parte das interpretações a respeito do relacionamento fraterno supõe uma hierarquia nas relações de parentesco. Este modelo de relacionamento considera os laços familiares como um conjunto de círculos concêntricos, em que o círculo mais interno conteria as pessoas com relação mais íntima, que se sentem autorizadas a fazer exigências umas das outras. O segundo círculo e os que se seguem abarcariam progressivamente os relacionamentos mais distantes e menos exigentes. Considerando-se as diversas fases do ciclo vital, embora os irmãos sejam considerados membros do círculo mais interno durante a infância, espera-se que ao atingir a idade adulta eles sejam capazes de reorganizar seus círculos de modo que cônjuges, filhos e pais passem a ter prioridade em relação a seus irmãos. No caso dos que não se casaram, não tiveram filhos ou nunca saíram de casa, os irmãos podem continuar a ocupar um lugar de importância, assim como nas situações de reversão de uma etapa vital (viuvez, divórcio) eles podem se tornar os personagens centrais de sua rede social (White, 2001).

Do ponto de vista do desenvolvimento, as relações fraternas da infância são intensas, duráveis, inevitáveis e seu caráter evolutivo é um fator de implicação pulsional. O objeto real e o modo recíproco de relação mudam de acordo com o desenvolvimento e, simultaneamente seu estatuto fantasmático na continuidade do investimento se modifica. A análise da transferência dos aspectos fraternos nas relações sociais, de amizade e conjugais do sujeito pode ser uma via para a lembrança e ou ressignificação de conflitos da infância e da adolescência (Brusset, 1987).

Se o irmão surge precocemente, durante o desmame, por exemplo, pode suscitar impulso de destruição imaginária ou regressão ao objeto anterior, materno. A relação entre os irmãos na primeira infância vai ser marcada pela disputa do amor e da atenção dos pais, além de pelo desenvolvimento da própria personalidade, através da diferenciação com os irmãos (Carter & McGoldrick, 2001).

Durante essa primeira fase da relação, o irmão mais velho tende a ser o líder enquanto o mais novo tende a imitá-lo. A interação vai propiciar a oportunidade de o mais velho aprimorar suas habilidades sociais no trato fraterno e de o mais novo desenvolver suas habilidades cognitivas. A partir dos 3 ou 4 anos, o irmão mais novo começa a participar mais ativamente das brincadeiras,

disputando a liderança e os brinquedos. Com a entrada na escola, a relação tende a se transformar: o mais velho vai permanecer mais tempo fora de casa do que o mais novo, além de ampliar seu círculo social através do relacionamento com outras crianças (Silveira, 2002).

Por volta dos cinco anos começam os amores infantis. Se a paixão for por um coleguinha do sexo oposto, pode estar indicando que cada um dos pais encontrou um lugar e um papel definido, “acabando” com o complexo de Édipo. Esses amores costumam ser objeto de sarcasmo por parte de um irmão mais velho, que muito provavelmente estará na fase de latência. Nessa fase, entre sete e quatorze anos, encontramos os “clubes do bolinha e da luluzinha” em que quem for do outro sexo “não entra”. A distância entre irmão e irmã será grande, cada um evoluindo em seu próprio mundo. Os ciúmes estão mais atenuados, as causas do conflito são principalmente os espaços comuns e a divisão de tarefas.

Ao nascer tardiamente, o bebê pode ser “adotado”, mobilizando no filho mais velho identificações parentais com conseqüentes sentimentos de ternura e proteção. Quanto maior a diferença de idade, mais afetuosa poderá ser a relação entre os irmãos, pelo fato de a rivalidade e os conflitos estarem diminuindo, uma vez que os interesses se diferenciam em função da faixa etária. As meninas podem se sentir convocadas e desejosas de desempenhar o papel maternal, substituindo, inclusive, a mãe, quando necessário. O menino se estiver na adolescência, estará mobilizado por questões dessa fase, como a sexualidade, por exemplo, e a chegada de um irmão não o ameaçará como o teria feito aos três anos.

Se, entretanto, a diferença de idade é muito grande a ponto de chegar a ser a de uma geração, faltará o essencial para a consolidação do sentimento de irmandade, ou seja, a história de vida comum, os acontecimentos íntimos, os momentos vividos juntos e compartilhados, principalmente na infância, para formar os vínculos da fratria.

Rufo (2003) considera a diferença de seis a sete anos entre o primeiro e o segundo filho sendo “ótima”. O período edípico já teria proporcionado ao mais velho uma segurança maior na identificação com os papéis parentais, podendo as pulsões agressivas ceder lugar à ternura. Já houve tempo para desfrutar da situação de filho único, de construir as lembranças familiares e pessoais, de

ganhar uma maior autonomia e usufruir dessa vantagem, além de contar com uma rede social fora da família.

A entrada na adolescência é por si só uma fase complexa e “tormentosa”. O adolescente perde a sua identidade infantil com suas inerentes vantagens, sem ter ainda conseguido o poder que o estado de adulto confere. A aquisição de caracteres sexuais secundários traz consigo não só o luto pela perda do corpo infantil, mas também a incerteza do desconhecido, de como será a transformação desse corpo. Simultaneamente às mudanças físicas ocorre a desidealização parental, o luto pela perda dos pais da infância. Há a aquisição de um novo corpo, novos pais e uma nova identidade. O adolescente vivencia uma fase de crise, de dúvidas, de insatisfação consigo e com o mundo. Ele quer autonomia, briga por ela, ao mesmo tempo em que não tem segurança de poder arcar com seu usufruto; vive em grupos, na escola, nas festas, nas idas ao cinema, nos passeios, nas viagens. A vida grupal nessa fase parece refletir a busca defensiva de uma uniformidade que possa proporcionar segurança e estima pessoal. Estamos na época de “Maria vai com as outras” e de “só vou se fulano for”.

O novo habitante da casa poderá ainda promover a reedição na adolescência do conflito edípico mal recalçado. A jovem homossexual, na puberdade, em plena fase de recrudescimento do complexo edípico infantil, ganha um irmão, toma consciência do desejo de ter um filho varão do pai, mas quem o tem é sua mãe, sua amada/odiada rival no inconsciente (Freud, [1920], 1993).

Nessa fase, em que o adolescente, em busca de sua identidade de adulto, está mal consigo mesmo e esse mal-estar repercute na relação com seus pais, não há porque pensar que seus irmãos escapariam de suas crises de mau humor. A presença de irmãos mais novos, ainda crianças, pode intensificar seus tormentos. O adolescente, ao mesmo tempo em que luta para deixar de ser criança, ainda anseia pelos carinhos, proteção e vantagens dessa situação. O recrudescimento da situação edipiana, quando ele precisa se afastar de pai e mãe, uma vez que agora o Édipo pode ser consumado, dificulta a relação com esse irmão menor, que pode estar com preocupações semelhantes, sem que precise “fugir” dos pais, e podendo ainda gozar de sua proximidade e carinhos.

Quando a fratria é composta por irmãos adolescentes, o motivo principal da discórdia é a demarcação de seu território (quarto inviolável) e o uso de objetos

pessoais, sem autorização, danificados, ou não restituídos. Há discussões, brigas e portas batidas. Entretanto, os acessos de raiva ou ódio são interrompidos por instantes privilegiados em que reinam relações cúmplices e calorosas. Os irmãos compartilham interesses e ambições, podendo ser companheiros e ter um bom entendimento. Respeitam-se em suas diferenças e dividem segredos e experiências. É comum se procurarem para conversar sobre assuntos em que têm dificuldade com os pais, como o “ficar”, sexo, namoro, problemas escolares. Tornam-se confidentes uns dos outros, protegendo-se mutuamente. A solidariedade entre os irmãos pode ser de tal ordem que os pais se sintam diante de um “sindicato dos filhos”, pois estes se protegem uns aos outros, defendendo a causa do irmão, numa atitude corporativa. A adolescência pode ser considerada uma “segunda chance” de nos tornarmos “irmão do irmão”. O período caótico da adolescência tem como efeito positivo o fato de que as relações fraternas, após terem atravessado anos de tempestade, enfim, melhoram (Silveira, 2002; Rufo, 2003).

Na idade adulta, ocorre geralmente um distanciamento entre os irmãos. Cada um segue seu caminho, iniciando carreiras profissionais, fundando seu próprio núcleo familiar. Seus investimentos emocionais estão mais concentrados na construção de sua vida pessoal. Em decorrência de estudo, trabalho ou casamento, os irmãos podem até vir a pertencer a classes sociais diferentes.

C., profissional liberal, ocupa uma boa posição em uma estatal. Uma de suas irmãs seguiu a mesma carreira que ele e, por meio de concurso público, detém um cargo importante. Eles são os únicos, dentre os irmãos, que prosseguiram nos estudos. Seus irmãos têm empregos humildes em comparação com os deles, como por exemplo, o de ser motorista de ônibus. A distância social e econômica entre C. e sua irmã, por um lado, os demais irmãos e a mãe por outro, é enorme, e os irmãos tentam se aproveitar do fato, gerando em C., conforme seu relato em sessão, a “culpa do sobrevivente”.

Pensamos, entretanto, que o distanciamento entre irmãos adultos poderá ser maior ou menor em função da dinâmica familiar do passado. Encontramos irmãos adultos, casados, com filhos e que mantêm contato diário. D. e E. são dois irmãos, cada um com sua família; eles têm um bom relacionamento e se falam

diariamente ao telefone. F. e G., irmãos aposentados, encontram-se diariamente para “um cafezinho e jogar conversa fora”.

H., I., J. e L. são quatro irmãos, com a mesma profissão, que eram sócios de uma firma e tinham o “contrato” de almoçarem juntos uma vez por semana para colocarem “as questões em dia” de modo a evitar mágoas e ressentimentos; após terem se aposentado e encerrado a firma, os encontros semanais, para almoço, continuaram.

Por outro lado, também nos deparamos com irmãos adultos, que embora morando na mesma cidade, bairro, ou inclusive no mesmo edifício, raramente se encontram, ou até nem se falam, em decorrência de competições ou rivalidades não superadas. O. e P. moram no mesmo bairro, mas não cultivam o hábito da convivência. Frequentam-se apenas, quando convidados, em ocasiões formais. Podem decorrer meses sem que se vejam ou sequer se falem ao telefone.

M. e N. moram no mesmo edifício. Não se falam. Suas esposas, porém, mantêm um bom nível de relacionamento entre elas. No momento, os dois casais frequentam a mesma igreja. O meio social comum, da igreja, e a boa relação das cunhadas parecem estar contribuindo para uma tentativa de aproximação entre os dois irmãos.

C- Intervenções parentais

A chegada dos filhos traz mudanças no modo de relacionamento do casal e cada filho vai ser recebido de um determinado modo, que reflete as necessidades narcísicas e edípicas dos pais. Ao filho será designado um lugar e um papel que assegure certa homeostase familiar e que salvguarde os narcisismos de cada um dos integrantes da família, tanto pais como irmãos. As vertentes narcisista e edípica vão se superpor tanto nos vínculos parento-filial e fraterno como em toda relação humana. Os filhos podem vir a engrandecer ou diminuir, provocando feridas narcísicas, o narcisismo dos pais, e receber de volta tanto o engrandecimento como a ferida por eles provocada (Cárdenas, 1993).

Ao amamentar seu bebê a mãe lhe oferece uma parte de seu corpo e um produto biológico. Essa relação vai ser marcada tanto pelo desejo e sexualidade da mãe como pelas formas da época que estabelecem a modalidade de contato, a proximidade ou o distanciamento, o horário e frequência e todo o conjunto que

fazem parte do que “deve ser” uma mãe e um bebê. O peito materno contém os modelos identificatórios apropriados pela mãe, as modalidades de sua própria mãe infantil, assim como os conflitos infantis e adolescentes com ela. Encontramos ainda nele as imposições sociais da época, de acordo ou em conflito com as identificações precoces ou infantis (Berenstein, 2007).

A chegada de um irmão põe em cena uma problemática complexa, ligada à exclusão, deslocamento, rivalidade, mas também à dádiva. A peculiaridade do investimento que os irmãos fazem entre si sofrerá influência das vicissitudes da significação que os pais, enquanto casal, lhes outorga pelas dívidas parentais com as respectivas famílias de origem, e a significação que surgirá como produto singular entre eles, “mais além dos pais”, e que por sua vez poderá ser reprimida ou incentivada e facilitada pelos mesmos (Gaspari, 1993).

A sensibilidade da mãe (cuidadora) para as necessidades de ambos, primogênito e recém-nascido, oferece ao mais velho um modelo de identificação que facilita seu contato com o mais novo. Os aspectos específicos da experiência dos irmãos entre si são “coloridos” pelos desejos e fantasias de seus pais, que são comunicados através de palavras, gestos, expressões faciais, encorajamentos, proibições, ameaças e punições. O comportamento parental pode facilitar a emergência de sentimentos e relacionamentos positivos entre os irmãos ou dificultá-los, embora haja outros determinantes que serão diferentes em cada situação individual (Kris & Ritvo, 1983).

Os filhos reavivam as boas e as más lembranças dos pais. Cada um dos pais tem as suas lembranças de conteúdos diversos e que são ignoradas, ou não, pelo cônjuge. O nascimento de um filho costuma ressignificar certas situações traumáticas dos pais que haviam sido “caladas” durante anos e que ganham um novo significado, *a posteriori*, a partir do investimento identificatório de suas histórias, que não foram elaboradas, em algum de seus descendentes. É possível que os pais comecem a recuperar alguns capítulos de suas próprias histórias não elaboradas nem integradas, a partir dos efeitos provenientes de certas marcas traumáticas com que haviam inconscientemente identificado algum de seus filhos. O casal parental tem as suas próprias vivências enquanto membros de uma fratria, e assim, cria expectativas, não só em relação ao novo filho, mas também, ao modo como a relação entre ele e o mais velho vai se desenvolver. Os pais projetam,

então, nos filhos os fantasmas da sua relação com seus próprios irmãos na infância, ou as fantasias que faziam a respeito de um irmão imaginário, caso tenham sido filhos únicos. A futura mãe ao saber que espera uma menina pode desejar ou temer que ela se pareça com sua irmã; o futuro pai, em caso de filho único, pode projetar no filho as histórias que possa ter construído a respeito de um irmão imaginário (Rufo, 2003; Kancyper, 2004).

Em sua experiência clínica como psiquiatra infantil, Rufo (2003) constatou que a história dos pais esclarece as dificuldades na relação da fratria. Do passado familiar podem surgir muitos fantasmas: a morte de um irmão, a deficiência de uma irmã, a separação dos pais, o relacionamento dos irmãos entre si, a forma como perceberam o relacionamento dos pais com os irmãos, e o modo como cada membro da fratria vivenciou esses acontecimentos. Através dos filhos os pais podem voltar no tempo, refletir e sentir até que ponto não resolveram seus conflitos com seus próprios irmãos. O autor observou também que os filhos vivem o mesmo conflito, em circunstâncias similares e no mesmo estágio de evolução dos pais.

A interação entre pais e filhos vai desempenhar um importante papel na relação fraterna, pois a interação entre os irmãos poderá estar repetindo, ou generalizando, a relação pais-filhos. Carter e McGoldrick (2001) atribuem o fato de os irmãos criarem inevitavelmente “um trauma” uns para os outros, ser mais em função da disponibilidade dos adultos que cuidam deles do que de sua inerente rivalidade. A cooperação pode ser um resultado tão provável quanto a competição, dependendo talvez mais da disponibilidade e cooperação dos pais do que de seus filhos. A competição é determinada não apenas pela disponibilidade dos pais, mas também pelo modo como estes se relacionam com os filhos. Um progenitor que habitualmente julga as disputas entre os irmãos encoraja a rivalidade fraterna.

Kehl (2000) atribui a permanência da rivalidade fraterna acirrada, até a idade adulta, aos pais e educadores, que conscientemente ou não, empregam táticas de “dividir para reinar”, incentivando a fantasia infantil de que só há lugar para um no amor parental. Esta poderia ser também a fantasia inconsciente de um dos pais ou de ambos e não apenas uma tática para o exercício do poder. Esta falta de diversidade no ambiente familiar pode acarretar conseqüências funestas tanto para o vencedor da disputa como para os supostos perdedores.

3.2

A posição na fratria

Alguns autores privilegiam o lugar ocupado por cada irmão na fratria como sendo um fator pregnante e determinante em sua história de vida. Faremos uma leitura dos diversos autores para podermos avaliar se este privilégio é relevante ou, ao contrário, deve ser minimizado. Freud ([1916] 1993) nos fala que a posição da criança na série de filhos é um fator relevante para sua vida futura e que sempre é preciso considerá-la ao descrever sua vida. Neven (1996) relata que sua observação clínica e experiência como terapeuta familiar sugerem que a posição na família influencia a dinâmica familiar além de afetar o modo como os pais se relacionam com os filhos, o que por sua vez influenciará suas futuras relações e conquistas. Adler (1957) defende a tese de que para julgar um ser humano é preciso conhecer a situação em que ele se desenvolveu e, em especial, a posição que ocupava, quando criança, no quadro da família. Considera que poderia classificar os seres humanos de acordo com este ponto de vista e reconhecer no adulto o lugar que ocupou entre os irmãos, ou se foi filho único. O autor postula uma caracterologia da qual deduz conselhos educativos e morais. Segundo ele, a posição de uma criança no seio da família atualiza o seu potencial, e as mais sérias conseqüências para o seu desenvolvimento se originam do seu desejo de sobressair dentre as outras crianças.

3.2.1

O primogênito

A qualidade da interação da mãe com o primogênito durante a segunda gravidez vai depender em grande parte de seus próprios relacionamentos infantis. Ao gerar um irmão para o filho mais velho a mãe está intimamente conectada com sua própria experiência infantil fraterna e com a forma que seus pais, por sua vez, lidaram com as questões fraternas tais como rivalidade, competição, amizade, cuidado, proteção e divisão. A identificação com o bebê que ocupa a mesma posição na fratria que pai/mãe ocuparam pode ter um efeito significativo nas atitudes, de cada um deles, em relação à gravidez e ao primeiro filho.

Uma mãe, segunda na ordem de nascimento, que se vê como o feto em desenvolvimento poderá olhar para seu primeiro filho como sendo o representante

de seu próprio irmão mais velho. A relação com este irmão em sua infância poderá acarretar na mãe grávida uma expectativa antecipatória de uma repetição de seu próprio relacionamento fraterno com todo o seu conteúdo emocional. A primeira gravidez faria a mãe reviver os conflitos de seu relacionamento com sua mãe e a segunda os relacionamentos com seus irmãos. Antes ainda do nascimento, o feto em desenvolvimento afeta a relação da mãe com o primeiro filho, o que por sua vez “colore” atitude deste para com o irmão (Abarbanel, 1983).

A história mostra a situação do primogênito como lhe sendo muito favorável. Em todos os povos, no decorrer da história da humanidade, as famílias têm considerado o primogênito com uma deferência especial em relação aos outros filhos. Os registros históricos das diversas culturas através dos tempos evidenciam o culto à personalidade do primogênito, ou seja, da importância do lugar da progenitura (Britto, 2002).

O relato mais antigo e famoso a respeito nos é dado pelo primeiro livro bíblico, Gênesis, através da história de Esaú e Jacob. Na época, a progenitura conferia o direito de herdar todas as posses e os privilégios do pai, não podendo os outros filhos nada fazer contra os desígnios paternos, a menos que o herdeiro privilegiado abrisse mão de seus direitos, e os conferisse a um ou mais irmãos. Tal se deu com Esaú e Jacob, filhos de Isaac. Esaú, o primogênito, era perito na caça, era varão do campo e amado por seu pai, que tinha o mesmo gosto. Jacob era varão simples, habitando em tendas, mas o preferido da mãe, Rebeca. Um dia, tendo Jacob cozido um guisado, chegou Esaú cansado do campo e lhe pediu para comer, ao que Jacob respondeu: “vende-me hoje a tua progenitura” (Gen 25, 31). Esaú refletindo que estava perto da morte e que a progenitura não teria mais serventia, aceitou. Jacó exigiu que Esaú jurasse e este jurou. “E Jacó deu pão a Esaú e o guisado das lentilhas; e este comeu, e bebeu, e levantou-se, e foi-se. Assim desprezou Esaú a sua progenitura” (Gen 25, 34).

Muitas culturas orientais, durante séculos, mantiveram o modelo de total privilégio para o primogênito ou para o primeiro filho do sexo masculino. Ainda hoje encontramos resquícios desse sistema familiar (Britto, 2002). Recentemente, tivemos oportunidade de observar a expectativa com que a família imperial japonesa aguardava o nascimento de um neto varão, mesmo não sendo o neto

mais velho, para que a casa imperial não se extinguisse ou a constituição não precisasse ser alterada, de modo a permitir o reinado feminino.

Entre os proprietários rurais europeus, o primogênito conhecia seus privilégios desde a primeira infância, sabendo que seria o herdeiro da propriedade, em detrimento de seus irmãos. Em outras classes sociais, era comum destinar-se ao filho mais velho o lugar de chefe da família. De qualquer modo, investiam-se nele as qualidades que se consideravam próprias, para torná-lo um substituto ou auxiliar dos pais.

Apesar de no ocidente ter sido abolido o direito de o filho mais velho herdar todos os bens materiais paternos, ele conserva algumas características de seus antecessores. Do mesmo modo como ocorre com os filhos únicos, o primogênito é um laboratório vivo em que os pais realizam as experiências, através de ensaio e erro, de como exercer o papel parental. Ele vai se constituir assim na “cobaia” através da qual seus pais vão selecionar as normas de educação da família e as condutas a serem aplicadas com os próximos filhos (Britto, 2002).

A experiência clínica de Kancyper (2004) mostrou que com frequência o filho mais velho costuma assumir-se como o continuador da geração precedente, suportando o peso ambivalente de atuar como o defensor que confirma a imortalidade de seus antepassados. A partir do projeto de identificação parental, o filho mais velho costuma ser designado para ocupar o lugar da prolongação e fusão com a identidade do pai de uma forma imediata, direta e especular.

Ainda segundo o autor, esse projeto de identificação seria reforçado pelo próprio irmão mais velho, que devido a seus receios, sua legitimidade e excessiva responsabilidade, interceptaria no menor o acesso ao processo identificador com as figuras parentais. O primogênito evidenciaria o receio de ser questionado em seu lugar único de privilegiado herdeiro perante seus irmãos menores, “usurpadores”. Ele estaria programado para restaurar as feridas narcísicas do pai e para completá-lo. O primeiro filho, ao nascer e anunciar ao mesmo tempo a continuidade e morte de seu pai suporta uma maior ambivalência e rivalidade por parte dele, que costuma ser negada através da formação reativa de controle e cuidados excessivos, podendo chegar ao extremo de se estruturar uma simbiose pai-filho. Nesta simbiose, pai e filho se alienam numa recíproca captura imaginária. Ambos tendem a reencontrar no outro uma parte de si mesmo, vindo a

se constituir uma relação singular que os envolve e origina efeitos alienantes de um sobre o outro. O autor denominou esta relação de centáurica, em que o pai representa a cabeça de um ser fabuloso e o filho, o corpo que o continua e completa.

Continuando, Kancyper (2004) coloca que as frequentes identificações narcisistas que costumam recair sobre o primogênito têm um aspecto defensivo para a economia libidinal do pai. Sufocam um amplo leque de afetos além das angústias dos sentimentos de culpa conscientes e inconscientes, outra série de efeitos hostis como ódio, ciúmes, ressentimento e inveja diante da presença do primeiro filho, que chega como intruso e rival, provocando sua exclusão e gerando uma desarticulação na regulação libidinal do casal. O estabelecimento das relações de objeto narcisistas parento-filiais desmente a diferença entre as gerações e paralisa a confrontação geracional. O pai tentaria perpetuar-se na hegemonia do exercício de um poder atemporal sobre o filho, e se recusaria a confirmá-lo como seu herdeiro, como aquele que viria a suplantá-lo. O primogênito é investido como o primeiro suporte do ideal narcisista da onipotência e imortalidade do pai.

Neven (1996) pontua que é geralmente aceito que o primogênito tem uma responsabilidade específica na família e os pais devem estar cientes do perigo que significa impor responsabilidades demais às crianças mais velhas quando elas ainda são pequenas, uma vez que se essa delegação pode se encaixar com seus desejos onipotentes, por outro lado os coloca em uma situação de responsabilidade para a qual ainda se encontram imaturos. Relata que conheceu, em sua prática clínica, várias mães que relacionaram as dificuldades que tinham com os próprios filhos ao fato de terem sido as primogênicas em famílias numerosas e de terem recebido responsabilidades para as quais *a posteriori* consideravam que não estavam preparadas. A autora considera que às vezes essas mães agiram de uma forma um tanto delinquente com seus filhos, negligenciando-os sutilmente ou permanecendo completamente alheias a algumas de suas dificuldades do momento, o que poderia indicar que elas cometeram com seus filhos a delinquência que gostariam de ter feito com seus irmãos, dos quais eram forçadas a cuidar. Pontua ainda que a doença, a separação e a morte dos pais

podem exacerbar o problema para uma criança mais velha que já está sendo responsabilizada pelos irmãos menores.

Segundo Britto (2002), o primogênito é geralmente mais ligado aos pais que os outros filhos. Apesar de não se sentir tão especial como o filho único, ele possui o sentimento de ser mais importante que os demais, em uma posição hierarquicamente superior e com mais responsabilidade. Ele se percebe como “plano-piloto” da família, como modelo para os irmãos, que imitarão suas idéias, vontades e comportamentos. Ele é o herdeiro da liderança da família.

R. relata durante uma sessão de casal:

‘Somos cinco irmãos, quatro mulheres e um homem. Eu sou a mais velha. O irmão é o caçula, temporão, meio que filho de todas nós. A minha diferença para a segunda é de apenas 11 meses, mas elas todas me vêm como se eu fosse a autoridade máxima na família. Quando as duas do meio brigam, vêm a mim para resolver a questão. É verdade que enquanto solteira eu participava de tudo, até na compra do apartamento, eu sempre ajudei. Também, era solteira, com um bom emprego, tinha menos despesa’.

Prosseguindo em seu desenvolvimento sem intercorrências, o primogênito deverá se transformar num guardião da lei e da ordem, tendo em alta conta a autoridade tanto para seu poder pessoal, como de um modo geral. Ele poderá se revelar acentuadamente um conservador, amante das tradições morais, defensor dos bons costumes e da instituição familiar. Avesso a quaisquer idéias e ações novas, ele lutará para manter o que já foi estipulado (Adler, 1957; Britto, 2002).

O primogênito é uma testemunha dos acontecimentos familiares, é um elo entre os irmãos e a vida familiar; ele presenciou o que ocorreu com os irmãos, retém as lembranças das ocorrências anteriores ao nascimento destes, assim como de pessoas que os irmãos menores não chegaram a conhecer. Ao atingir a idade adulta é ele, em geral, que se encarrega de dar continuidade às tradições familiares, promovendo as reuniões festivas e congregando os irmãos. Segundo Rufo (2002), ao aceitar esse papel, o primogênito evidencia que viveu o seu lugar na fratria de modo agradável. O autor reserva um lugar especial para as irmãs

mais velhas, pelo que considera sua incrível capacidade de manter o vínculo familiar. Enquanto o irmão mais velho dá bons conselhos, a irmã mais velha prepara a comida que simboliza uma tradição familiar. Além disso, a mais velha guarda, geralmente, os objetos que pertenceram à mãe ou à avó: jóias, objetos femininos, um caderno de receitas. Elas guardam os objetos que preservam a marca da fecundidade e seus irmãos mantêm os que simbolizam a glória da família, representada pelos objetos masculinos: o relógio do pai, uma sela de cavalo, a vara de pescar do avô.

Perez (2002), em sua pesquisa sobre o filho primogênito, conclui que eles, principalmente quando do sexo feminino, tendem a cuidar de seus irmãos. Consideram que devam ser exemplo e ponto de referência entre os filhos para seus pais, sentindo-se mais responsáveis e mais exigidos pelos genitores. Em muitas ocasiões sentem-se alvos de grande carga de expectativas, embora muitas vezes recebam tratamento diferenciado sendo “mimados”. Relatam que em muitas situações sentem-se responsáveis pelo bem-estar da família, tendo maior poder de decisão que os irmãos. Referem que tiveram de abrir o caminho e servir de exemplo para os mais novos, mas queixam-se de terem sido obrigados a amadurecer mais cedo, sentindo dificuldade em se desprender da família de origem. Apresentaram também auto-exigência elevada ao se compararem com os irmãos menores, levando a autora a pensar que essas características e cobranças poderiam acarretar melhor desempenho futuro na área de atuação profissional.

T. é a mais velha dentre seis irmãos. É a que se encontra em melhor situação financeira e a que, devido ao casamento, ascendeu socialmente em relação a eles. Durante uma sessão ela desabafa:

‘Somos seis. Eu sou a mais velha, com diferença de seis anos para o segundo. Eu tinha que tomar conta deles. Se um se machucava, eu era a responsável porque não tinha tomado conta direito, ainda brigavam comigo. Até hoje pensam que para qualquer problema, eu tenho que dar a solução, resolver, como se fosse obrigação minha’.

Kancyper (2004) pontua que as diferenças entre o primogênito e os irmãos subsequentes geram, inevitavelmente, entre eles rivalidades e protestos amargos e recíprocos. Sustenta que ambos, rivalidades e protestos, devam ser exaustiva e

detalhadamente analisados, para evitar que o diferente lugar ocupado pelos filhos na ordem de nascimento desempenhe psicologicamente o papel de uma fortaleza inexpugnável, a marca inexorável do destino.

Como ilustração da importância do irmão mais velho no imaginário das pessoas, citamos a fala de uma cliente que se refere ao marido, queixando-se: ‘ele deveria ter postura de irmão mais velho’ (segundo ela o que reina, escolhe, manda, é modelo). Com o decorrer da sessão, ela percebe que sua reclamação traduz o anseio de ser a “primeira dama”, lugar ocupado pela cunhada, como esposa do filho mais velho.

3.2.2

O segundo filho

Para Adler (1957), o segundo filho vive em estado de tensão nervosa, lutando pela superioridade, tentando ultrapassar o mais velho. O fato de existir alguém à frente dele que já conquistou o poder pode ser um forte estímulo. Caso tenha aptidões e força para competir com o irmão mais velho, poderá se lançar para diante em poderoso impulso, enquanto o primeiro repousa em sua tranqüila segurança até sofrer a ameaça de ser suplantado por ele. O segundo filho poderá, entretanto colocar sua meta a tal altura, que o faça sofrer a vida inteira. O autor compara essa situação com a lenda bíblica de Esaú e Jacob, em que a luta entre os irmãos prossegue sem tréguas, não tanto pelo poder, mas pela aparência do poder; segundo ele, a luta continua até ser atingido o alvo, a derrota do primogênito, ou até o segundo filho ser vencido e ter de começar a retirada, o que muitas vezes se manifesta sob a forma de “doenças nervosas”. Adler considera a atitude do segundo filho análoga à da inveja das classes pobres. Sua atitude seria dominada pelo sentimento de ser menosprezado, esquecido.

Kancyper (2004) coloca que cabe ao menor descobrir, conquistar e cultivar os novos territórios. Ele chega ao mundo para nivelar a homeostase do sistema narcisista materno. O irmão menor deverá percorrer o caminho da identificação sexual de um modo mais complexo. Por um lado ele permanece excluído do lugar de identificação com os pais, lugar este já ocupado e vigiado pelo outro irmão, e por outro costuma buscar novas alternativas exogâmicas, o mais afastadas

possíveis do território da economia libidinal familiar, em que o irmão maior permanece investido como o legítimo herdeiro ou o duplo reconhecido por ser o mais velho. Este percurso de identificação gera um trabalho psíquico adicional no irmão menor, acrescentando-se sua bissexualidade, que pode chegar a sublimar-se propiciando a criatividade: caminho intrincado para a plasmação da identidade sexual, mas também propiciador de buscas de incursões nos territórios desconhecidos. A experiência clínica do autor ensina que a rígida divisão do “butim dos filhos” oferecidos como meros objetos para regular a estabilidade psíquica do casal parental é ponto de severas perturbações na formação da identidade sexual e no desdobramento dos processos sublimatórios em cada um e entre os irmãos.

Britto (2002) apresenta o segundo filho como mais idealista, mais sonhador, com seus projetos se realizando mais no plano imaginário do que no real, ao contrário do primogênito que é normalmente um desbravador, que busca em suas conquistas a liderança e o poder. Estando os pais já mais calmos pela experiência adquirida com o filho mais velho e não sendo o segundo filho, portanto, o alvo de toda a atenção, vigilância e apreensão dos pais, este pode sentir-se mais livre para criar, sonhar, errar, aventurar-se e não desenvolver o mesmo apego do mais velho às normas e à tradição. Segundo a autora, mais solto, o segundo filho é em geral o mais sociável dos filhos. É extrovertido, comunicativo, gosta de experiências novas e de aventuras. Avesso às convenções, muitas vezes “mexe” com o equilíbrio familiar por não gostar de seguir as convenções familiares e sociais. Apesar de emocionalmente mais independente, a necessidade de atenção e afeto que o segundo filho tem evidencia-se com a chegada de um irmão mais novo que ele.

3.2.3

O caçula

Adler (1957) chama também a atenção para a situação do filho mais novo que ele considera como um tipo especial, privilegiado. O fato de necessitar de mais amparo que os irmãos maiores por ser o mais novo e geralmente o menor de todos traria conseqüências: enquanto alguns poderiam se sentir estimulados a

provar que são capazes de fazer tudo em função da competição com os irmãos e se transformam em pessoas animadas a superar os demais, outros, não conseguindo sobrepujar os mais velhos, tornar-se-iam medrosos e se esquivariam de seus deveres. Em suas investigações, o autor constatou que o caçula apresenta um senso de inferioridade, mas ressalta que o importante é a interpretação que ele faz de sua situação e não se é organicamente inferior ou não. Freud ([1921]1993) assinala, a partir do mito da horda primitiva, a façanha heróica assumida pelo filho menor para separar-se da massa. Ele ressalta a importância exercida pela complacência materna na plasmagem da fantasia épica e parricida no filho menor.

Britto (2002) apresenta o caçula como o filhinho pequenininho da casa, mesmo já sendo adulto. Em geral é chamado por apelido ou nome no diminutivo. Para ela o filho mais novo tem a capacidade de perpetuar nos pais a imagem de frágil, dependente e carente de cuidado e proteção, como se fosse um bebê, mesmo que a diferença de idade entre ele e os irmãos seja pequena. A autora explica o que chama de “miopia psicológica” dos pais: os filhos mais velhos são como pioneiros inauguradores das diversas experiências pelas quais a família passa ao longo do seu processo normal de desenvolvimento. Aos poucos vão crescendo, ganhando autonomia, assumindo a própria vida, quando pais e filhos precisam aprender a vivenciar o desapego. A infantilização do caçula pode representar uma necessidade por parte dos pais de reterem o filho e assim não perderem suas funções de cuidar e proteger. Com essa atitude, além de o impedirem de crescer podem estar evitando e/ou adiando sua saída de casa para o mundo. Segundo Neven (1996) o irmão menor ao ser visto como o bebê da família talvez pague o preço de sentir que não é ouvido ou levado a sério, e que seus pais não têm tantas expectativas em relação a ele como têm em relação a seus irmãos mais velhos. Considera, entretanto, que a posição que os pais ocuparam em suas famílias de origem afetará o modo como interpretam e repetem as experiências com seus filhos.

Rufo (2003), a partir de sua experiência clínica, discorda de estudos da psicologia e da sociologia que classificam os irmãos de acordo com sua posição na fratria: os mais velhos são perfeccionistas, conservadores, dispostos a esforços consideráveis para ter êxito, têm uma tendência natural a se identificar com o pai e a mãe enquanto os mais novos são em geral revoltados, temerários e rebeldes.

Esta classificação, para ele, além de simplista, faz crer na existência de um determinismo na constituição da personalidade; a posição de idade na fratria é apenas um dos elementos da construção do indivíduo. Cada criança é única e em seu desenvolvimento, em sua relação com os pais e na construção de seu futuro contam a sua personalidade e sua capacidade de adaptação às situações novas. As relações entre mais velhos e mais novos se estabelecem de maneira sutil, sem referência obrigatória à posição de nascimento.

O autor considera, entretanto, que o nascimento do primeiro filho, quando tudo corre bem tranqüiliza o casal parental quanto à sua fecundidade e capacidade de procriação, possibilitando que aprendam a ser pai e mãe e adquiram a experiência necessária para lidar com os filhos que se seguirem. Acrescenta que a experiência de um primeiro filho faz com que os pais entendam que criar um bebê não é como eles o imaginavam; que é o bebê, que pela singularidade de sua personalidade, vai “educá-los”, mais do que o inverso; esse processo torna-se interessante para os filhos seguintes, pois os pais tornam-se menos ambiciosos e exigentes em suas expectativas. Constata ainda que os filhos mais novos em geral estão mais à vontade na vida e relativamente serenos em seu desenvolvimento. O filho do meio sofre menos a pressão dos pais, mobilizados a um só tempo pelo êxito do mais velho e maternagem do caçula.

Pensamos que a posição que um filho ocupa na fratria não deve ser considerada em seu valor absoluto como responsável por seu desenvolvimento. Outros fatores intervirão: as expectativas dos pais em relação a ele, a forma como decodificará os mandatos paterno/materno, o modo como receberá e transformará a herança psíquica transmitida por seus pais. Além disto, outras pessoas serão importantes em seu processo de identificação, tais como avós, tios e outros; pessoas essas que poderão estar presentes para um filho e não para outros. Concordamos, porém, com a posição ímpar que o primeiro filho detém: ele funda a família, com ele o casal aprenderá a ser pai/mãe, facilitando assim o caminho para o irmão que lhe segue e assim, sucessivamente.

4.

A rivalidade

4.1

A disputa, o ciúme, a inveja

Freud ([1917] 1993) menciona o irmão que chega como o intruso, o rival com o qual se vai disputar o amor da mãe e posteriormente do pai, amor esse que se queria exclusivo. Através de uma recordação de Goethe e do relato de um cliente seu, conclui que este ciúme pode ser expresso por meio de uma ação simbólica como arremessar louça pela janela, que ao se partir traduziria o desejo de eliminar o rival. Os ciúmes advindos do nascimento de um novo irmão eram considerados como sendo derivados do ciúme e da rivalidade reprimidos em relação aos pais. O pequeno Hans (Freud, [1909] 1993) tinha três anos e meio quando sua irmã Hanna nasceu. Freud pode acompanhar o sofrimento e a aversão do menino pela irmã, através do pai das crianças, que era seu cliente. O menino Hans precisou se submeter a uma diminuição na atenção e cuidados que recebia da mãe, que passou a dividir com a irmã. Freud registrou a manifestação de ciúmes do menino. Em ocasiões que as visitas elogiavam a bebê, Hans dizia: “é, ela é engraçadinha, mas não anda, não fala e não tem dentes”.

Ao descrever o caso clínico da jovem homossexual, Freud ([1920] 1993) ressalta a importância que a rivalidade fraterna exerce na escolha de um objeto sexual. Sua mãe a havia relegado ao segundo plano em relação aos irmãos. A silhueta delgada, a beleza e o caráter áspero de sua eleita lhe recordavam o irmão um pouco mais velho. O objeto escolhido não correspondia somente a seu ideal de mulher, mas também a seu ideal de homem.

Cada novo membro que chega à fratria reaviva as rivalidades, modifica a distribuição dos papéis. A chegada do terceiro filho desloca o caçula de seu lugar, ao mesmo tempo em que faz o mais velho reviver o deslocamento sofrido por ocasião do nascimento do segundo; seus pais vão estar menos disponíveis para

ele. Os sentimentos de ciúme não poupam nenhum dos irmãos da fratria; enquanto o mais velho lamenta a atenção dispensada ao menor, o caçula pode ter ciúmes das relações do mais velho, anteriores ao seu nascimento, das prerrogativas e conquistas de que ele usufrui devido à idade; o filho do meio, por sua vez, pode questionar o fato de haver sempre um que manda e um que é mimado. A fratria é o lugar da competição: enquanto os menores querem igualar e superar os mais velhos, estes querem conservar sua superioridade.

Os irmãos possuem uma necessidade e um desejo comum, a saber, o amor preferencial dos pais. Essa condição transforma-os em um grupo com grande potencial na criação de desafetos, podendo vir a transformá-los até mesmo em adversários. A dinâmica familiar poderá levar os irmãos a uma competição saudável e equilibrada na busca de satisfazer sua necessidade emocional, ou ao contrário, promover animosidade e a criação de inimigos.

As disputas fraternais são comuns à maioria das famílias, apesar das diferenças de valores, estilo ou filosofia de vida de cada uma delas. O grupo de irmãos disputa tudo: o controle remoto da televisão, o lugar onde sentar no carro dos pais, o ossinho da galinha para ver quem vai ter seus desejos realizados, quem tira notas melhores, quem tem mais amigos e assim sucessivamente. O que importa é competir. Perde-se em um dia, em outro o jogo recomeça e pode-se ganhar.

Essas disputas, características de todo grupo fraternal, têm um caráter mais lúdico do que agressivo. A finalidade é conquistar e preservar um espaço dentro do grupo, garantir uma individualidade, buscar o atendimento satisfatório de interesses e necessidades e ocasionalmente desfrutar das vantagens do poder.

Dois irmãos, uma menina com quatro anos e um menino com 3 estão passando dias na casa dos avós enquanto seus pais viajam. Voltando de um passeio, ao entrar na rua, que poderia ser caminho para a casa dos avós ou para a dos pais, a menina determina: 'R.(ela) vai para casa da vovó, S. (o irmão) vai para casa'.

Além de saudáveis, as disputas são importantes, pois ensinam a administrar os sentimentos relativos a perdas e ganhos, apontam limitações e modos de tentar superá-las, mostram as questões em que têm maior facilidade e a forma de valorizá-las, promovem alianças, ensinam a dividir, a compartilhar, a solidarizar-se e a postergar (Britto, 2002).

Uma cliente comenta na sessão:

‘H. (seu filho) foi criado como filho único (seu irmão é deficiente) e por isso não temeu a competição e pensa que o que os outros falam não tem importância’.

A cliente lamenta que a falta de um irmão com potencial competidor tenha possibilitado que H. se sentisse e agisse como o “rei da cocada preta” segundo suas palavras.

O irmão e a irmã desempenham, entretanto, um importante papel na constituição do sujeito, maior do que a disputa pelo amor materno/paterno pode sugerir. O ciúme tem importância na construção da personalidade: o outro permite a cada um dos irmãos se definir melhor, através da percepção do jogo das semelhanças e diferenças entre si.

Dois irmãos com três e dois anos estão passeando de carro com os pais, cada um sentado próximo a uma das janelas. No trajeto um exclama: ‘U. vê carro, V. não vê’. Em seguida, um pouco adiante, o outro diz: ‘V. vê neném, U. não vê’. Ambos estavam se referindo ao que cada um via pela janela junto à qual estava sentado. Pensamos que estavam tomando conhecimento de si pela comparação, pela diferenciação com o irmão.

A dimensão lateral da vida psíquica, vivenciada por meio dos relacionamentos com os irmãos e seus substitutos, se estrutura ao redor de um desafio psíquico: encontrar a sua singularidade em um mundo de outros semelhantes. Assim como a dimensão vertical (parento/filial), a lateral é repleta de conflitos e ambivalência. Sua resolução pode ser alcançada por meio de um processo de diferenciação, um processo de desenvolvimento da identidade ativo e inconsciente por meio do qual a criança amplifica as diferenças com os irmãos e minimiza as semelhanças. Ela acentuaria as qualidades e desejos diferentes dos percebidos no outro e simultaneamente suprimiria as qualidades percebidas como semelhantes. A diferenciação entre os irmãos serve para atenuar sua rivalidade e aliviar o conflito interno associado à dimensão lateral, ocupando um lugar impar no desenvolvimento (Vivona, 2007).

Segundo Melanie Klein, a inveja como conceito, termo trabalhado pela autora em 1924, designa um sentimento primário e inconsciente de avidez em relação a um objeto que se quer destruir ou danificar; aparece desde o nascimento e é inicialmente dirigida contra o seio da mãe. Podemos pensar que tanto os

componentes destrutivos da inveja primária do peito quanto a ambivalência em relação à mãe boa/má, teriam sido deslocados para o irmão/rival como forma de proteger a mãe e preservá-la para si.

O conflito com a figura materna estaria colocado na relação fraterna, fora da elaboração edípica. Os ciúmes que acompanham a situação edípica podem se converter em um meio para elaborá-la; ao aparecer o sentimento de ciúmes, a hostilidade se dispersa do objeto original (mãe) para os rivais (pai ou irmãos) introduzindo um efeito de dispersão. A elaboração da inveja através dos ciúmes poderá, por sua vez, se constituir em uma defesa eficaz contra a inveja. Os ciúmes poderão ser mais bem aceitos e não produzir tanta culpa quanto a inveja primária que destruiria o primeiro objeto bom. Ao se desenvolver, essas relações, por sua vez, darão origem a sentimentos de amor e se transformarão em uma nova fonte de gratificação (Klein, 1970, 1974; Roudinesco & Plon, 1998).

Klein considera que a relação com os irmãos e irmãs vai desempenhar um papel fundamental nas subseqüentes relações de vida; todas as crianças sofrem fortes ciúmes tanto dos irmãos maiores como dos menores. As crianças menores, que aparentemente não têm conhecimento sobre geração e nascimento, têm o conhecimento inconsciente de que as crianças crescem no útero da mãe. Os ciúmes direcionariam um grande ódio contra esse irmão ainda no útero. Durante a gravidez da mãe, são típicas as fantasias que consistem em desejos de mutilar o útero. Melanie Klein vem a ser uma grande teórica da relação de agressividade e ódio que o homem mantém com seu semelhante. A autora utiliza o termo gratidão em 1957 para nomear a natureza interativa e dialética do dualismo amor/ódio. A existência da gratidão, porém, não impõe limites à natureza invasiva da inveja, o que faz com que a autora seja cética em relação à possibilidade de um resultado terapêutico positivo, nas análises em que a relação de objeto primária foi vivenciada de modo destrutivo (Klein, 1970, 1974, 1981; Roudinesco & Plon, 1998).

Ao considerar que a inveja se refere ao desejo de posse dos atributos de uma figura parental ou irmão, tais como pênis, força, seios, Neubauer (1983) afirma que ela se localiza nos vários níveis de desenvolvimento, desde o desejo de incorporar à inveja dos atributos possuídos, incluindo a competição fálica com a conseqüente ansiedade de castração. Caso a inveja insista em obter o que é realisticamente inalcançável, estamos diante de um teste de realidade desafiado

em que o poder das fantasias e do desejo de completude desempenhará um sério efeito na estrutura psíquica. Ao contrário da rivalidade e do ciúme, que são definidos no contexto de relações triádicas, a inveja é a expressão de uma relação diádica, sem focalizar diretamente uma terceira pessoa.

A homogeneidade e heterogeneidade, ligadas à diferença dos sexos e ao tamanho dos grupos, vão influir no grau de variação das brigas. Se o grupo de irmãos é pequeno, formado por dois ou três irmãos de ambos os sexos, as disputas costumam ser menores, uma vez que a diferença de necessidades e interesses ameaça menos seus espaços e individualidades. Os pequenos grupos homogêneos, de dois meninos ou duas meninas, normalmente disputam mais, por terem necessidades semelhantes. As disputas fraternas podem funcionar dentro de contratos fechados, em que as brigas ocorrem somente dentro do grupo, ou com contratos abertos, em que os irmãos recorrem a grupos externos, como amigos, colegas de escola e outros, para ajudá-los a ganhar a briga dentro de casa.

Relato de uma cliente, em sessão, a respeito de suas três tias-avós que mantêm disputas diárias. A caçula, com 90 anos, reclama com a mais velha, com 99: ‘você sempre me humilhou; me chamava de feia, horrorosa’. A senhora mais velha responde: ‘porque era e é até hoje’. Atualmente, essa senhora de 99 anos, que apesar da idade mora sozinha, quando adoece vai para a casa das duas irmãs mais novas, que moram juntas, para ser cuidada por elas. Elas têm o maior “prazer” em cuidar dela, pois nisto consiste sua vingança: mostrar-lhe que ela depende delas.

As disputas diárias entre os irmãos nada têm a ver, entretanto, com a rivalidade que possa surgir entre eles. Na rivalidade fraterna, as brigas transformam-se em batalhas, possuem um objetivo diverso e são consideradas disputas patológicas. A rivalidade fraterna crônica, por sua vez, se sustenta no tripé inveja, ciúme e competição. Quando esses três elementos se estabelecem como um padrão fixo de relacionamento do grupo, podem se transformar em poderosos instrumentos mobilizadores de uma guerra interminável, a rivalidade fraterna (Britto, 2002).

Uma cliente relata, entre espantada e revoltada, durante a sessão:

‘Veja só, o que aconteceu com minha empregada!
Doente, ela faltou dois dias e telefonou ontem à noite,
dizendo que o médico mandou ela ficar mais dois dias

de repouso, mas que ela vinha hoje. Sabe por quê? Ela disse: dona G., minhas irmãs não me dão mole! Me vêm em casa e mandam as crianças para ficar comigo; eu descanso mais aí.’

Segundo a cliente, sua empregada paga às irmãs uma mensalidade para tomarem conta de seus filhos enquanto ela trabalha: daí sua revolta com a atitude das irmãs de sua empregada, uma vez que seriam pagas no fim do mês por esses dias em que, ela, doente, ficou em casa.

Neubauer (1983) define rivalidade como a competição entre irmãos pelo cuidado exclusivo ou preferencial por parte da pessoa que eles compartilham. Esta definição se aproxima do significado original da palavra, pois rivalidade era a luta pelo acesso ao rio, isto é, pelo suprimento básico da água. A rivalidade envolve uma luta pela posse exclusiva do objeto. A rivalidade não se limita a ser, portanto, uma intenção ou um desejo, mas se traduz em um ato. O ciúme já é a competição com um irmão ou figura parental pelo amor da pessoa que eles compartilham e subjacente a ele encontramos o medo da perda do amor do objeto. Ambos, rivalidade e ciúme são definidos no contexto de relações triádicas. Berlfein (2003) assinala que na perspectiva intersubjetiva, os ciúmes entre irmãos poderiam ser atribuídos não só a um desejo de exclusividade, mas também a uma distribuição desigual de amor por parte dos pais.

Relato de um cliente:

‘Meu irmão roubou as estátuas, peças únicas que meu pai trouxe de viagens de trabalho. Ele é assim, fez a mesma coisa com os livros que eram do meu pai; ganhou uma estante, pegou livros que achou que ia ficar bonito nela, enfeitar. Não ia ler nenhum’.

A queixa do cliente é que sua mãe protegeria o irmão, deixando-o pegar o que quisesse do espólio do pai, sem se importar com os outros filhos. A mãe, além de proteger o irmão, facilitaria que este “roubasse” o pai deles.

Outra cliente conheceu seu avô e seu tio paterno na idade adulta, por ter nascido fora do casamento de seu pai. Em uma sessão comenta:

‘A família do meu pai (pai, mulher e filhos) não se dá com a de meu tio (irmão do pai); brigaram por herança de jóias quando minha avó morreu. Bobagens. Meu

irmão é revoltado, diz que o vovô prefere as outras netas porque tem conta conjunta com uma. Ora, ela é responsável, vovô precisa que alguém cuide das coisas dele. Sempre vi vovô falar bem de todos os netos, inclusive de mim’.

Kancyper (2004) estuda o protesto fraterno, em que um dos irmãos manifesta uma agressão franca e uma rejeição indignada em relação ao outro irmão, que julga desfrutar de um lugar favorecido e injusto. Não esconde sua hostilidade porque na lógica de seu narcisismo a presença do outro é vivenciada como a de um rival e intruso que atenta contra a legitimidade de seus direitos e ressignifica o “homem lobo do homem” subjacente na vida anímica. Nos protestos fraternos circulam uma ampla gama de afetos, fantasias, e poderes hostis não somente do irmão maior para o menor, mas também deste para o mais velho. O caçula pode acumular uma intensa rivalidade para com o maior, originada, talvez, pela relação de domínio entre eles durante o período infantil e pelos sentimentos de culpa suscitados pelos pactos secretos que cada filho estabelece com uma ou com ambas as figuras parentais. O protesto fraterno se origina na quebra da crença narcisista do poder ilimitado de “sua majestade o bebê”. A presença do outro derruba essa crença inconsciente de ser não apenas o mais importante, mas de ser “o único”, crença essa que tenta desmentir, nas realidades psíquicas e materiais, a iniludível e estruturante confrontação fraterna, limite dessa fantasia onipotente. Por outro lado, a fuga parcial ou total do ato de confrontação gera efeitos inibitórios e excludentes, como consequência de uma comparação e competição inexpugnáveis e não resolvidas com o outro.

Outro fator a ser considerado na relação fraterna é a transmissão psíquica. Segundo Freud ([1913] 1993), se os processos psíquicos não continuassem de uma geração à seguinte, superando a interrupção da morte, se cada um devesse adquirir novamente toda sua postura frente à vida, não haveria progresso nem desenvolvimento nesse âmbito; surgem então duas questões: conhecer o grau de continuidade psíquica que se pode supor na série de gerações e os meios e caminhos de que se vale uma geração para transferir à seguinte seus estados psíquicos.

Observamos a desavença fraterna se repetir em mais de uma geração na família de A. Eram três irmãos na primeira geração. Esses três irmãos não se

falavam entre si. Os pais de A. tiveram cinco filhos, e seus dois tios, dois filhos cada. A. se relaciona bem com suas duas irmãs, relativamente bem com um irmão, mas não com sua esposa. O outro irmão não se relaciona nem com A. nem com uma de suas irmãs. Por ocasião da festa de quinze anos de sua filha, A. enviou um convite a esse irmão. Este o devolveu rasgado, por um assessor. A filha de A. lembra que quando era pequena e ia com seus pais à casa dos avós maternos, se ao chegarem esse tio lá se encontrasse, ele se retirava. Os dois primos, filhos de um dos tios de A. se relacionam relativamente bem, mas os outros dois, filhos do outro tio, vivem em eterna briga, não se falam e para resolver alguma questão dos cuidados com seu pai idoso utilizam a intermediação de terceiros.

Lembremo-nos da formação da fraternidade, segundo Freud ([1913] 1993). A inveja e o ciúme, sentimentos nunca de todo eliminados, fizeram parte da base afetiva sobre a qual se construiu e se manteve a renúncia coletiva ao lugar de pleno poder, antes ocupado pelo pai. A necessidade de controlar a rivalidade fraterna permitiu o nascimento e permite o renascimento do senso e da exigência de justiça.

4.2.

Os irmãos no Antigo Testamento

A Bíblia, por meio do Antigo Testamento, enquanto transcrição de mitos e lendas transmitidos oralmente pelas gerações e sendo o primeiro livro impresso, narra a epopéia da inimizade entre irmãos. Ela nos fornece uma série de relatos que ilustram o antagonismo fraterno, tais como: O patriarca Abraão e seus filhos Isaac e Ismael, Isaac e seus filhos Esaú e Jacob, Caim e Abel, José e seus Irmãos, As irmãs.

4.2.1.

O patriarca Abraão e seus filhos Isaac e Ismael

A história dos irmãos Ismael e Isaac revela a luta universal pelo lugar de “filho escolhido”, de verdadeiro herdeiro do amor e favorecimento dos pais. Roith (2006) faz um estudo desse mito. Deus manda Abraão matar seu filho Isaac: “Toma agora o teu filho, o teu único filho, Isaac, a quem amas, e vai-te à terra de

Moriá, e oferece-o ali em holocausto sobre uma das montanhas, que eu te direi” (Gen 22, 2).

Essas palavras, consideradas o momento definidor do Judaísmo, situam-se, na realidade, no entrecruzamento das três religiões monoteístas. O que para o Judaísmo e Cristianismo é considerado como o “compromisso de Isaac (ligação com Deus – Akedah em hebraico)” no Islamismo é conhecido como “sacrifício de Ismael”. Elas representam o mito fundador da saga do monoteísmo, cujos herdeiros encontram-se, ainda no presente, enredados em disputas: Judeus, Cristãos e Muçulmanos podem-se denominar “os filhos de Abraão”.

Vejam as implicações das relações fraternas subjacentes ao mito da Akedah. Quer os personagens envolvidos tenham existido ou não, eles permaneceram como reais no imaginário popular. A história de Abrão, espinha dorsal do Judaísmo e do Cristianismo, aparece em uma versão diferente, porém com a mesma importância, no Islamismo. Seguidores e adoradores em todo o mundo celebram os acontecimentos relativos ao mito através do ensino, das preces, dos rituais e dos costumes. As desavenças entre o Islam e o Ocidente, entre judeus e árabes (os primeiros muçulmanos) podem ter sua origem na história dos dois filhos de Abraão. A relação do Cristianismo e Judaísmo, em si tensa, por um lado, com o Islam por outro, tem sido obscurecida pela omissão da complexidade da relação entre Ismael e Isaac.

O Antigo Testamento mostra a grande diferença entre o relacionamento de Abraão com seu filho mais velho, Ismael e com o mais novo, Isaac. A fé de Abraão começa com a exclusão de um filho em favor de outro. Há uma diferença de afeição, privilégio, herança e fundamentalmente da identidade do filho escolhido para ser, ao mesmo tempo, o sacrificado e o favorecido por Deus.

Sara, mulher de Abraão, não conseguindo conceber, dá sua serva egípcia Hagar, para Abraão com intuito que este a engravide e faça cumprir a profecia de Deus de transformá-lo em pai de um grande povo. Conforme a tradição árabe e posteriormente muçumana, Hagar seria a segunda esposa de Abraão. Hagar engravida e, muito contente com seu novo papel, desperta a inveja de Sara, que se sente menosprezada (Gen 16, 5). “E afligiu-a Sara e ela fugiu de sua face (Gen 16, 6)”. Hagar é encontrada por um anjo do Senhor que lhe diz que volte, que se humilhe diante de Sara e que ela terá um filho a quem chamará de Ismael (ouvido por Deus) que também será pai de multidões (Gen 16, 10). Nasce Ismael e Deus

renova sua promessa a Abraão que ele terá descendentes tão numerosos como as estrelas no céu e os grãos de areia à beira mar. Abraão pensa que Deus se refere a Ismael, mas Ele esclarece que Sara conceberá Isaac com quem Deus fará um pacto. Posteriormente Sara engravida, concebe Isaac, cumprindo a segunda profecia de Deus e vai então exigir que Abraão expulsa Hagar e Ismael, para que este não herde com seu filho.

Ao exigir o sacrifício de Isaac, referindo-se a ele como “único filho amado”, segundo Roith (2006), Deus nos coloca diante de uma situação desconcertante, pois Isaac é o segundo filho de Abraão. Ao ser expulso para o deserto com sua mãe, Ismael é rejeitado não só por seu pai, família, tribo, mas também por Deus. Ele não é excluído da promessa divina, entretanto, pois um anjo diz a Hagar mais uma vez que Ismael será pai de um número incontável de filhos (Gen 16, 10). A profecia de seu destino, porém, é muito diferente da de seu meio-irmão: “e ele será homem bravo e a sua mão será contra todos e a mão de todos contra ele (Gen 16, 12)”.

O texto hebraico do Gênesis é fonte de sucessivas interpretações da história do sacrifício e inclusive para os primeiros sábios muçumanos é seu relato definitivo. A Torah (Antigo Testamento hebraico) permanece sendo para o Islam o “Livro de Deus” e Abraão, Isaac, Ismael ainda são reverenciados como profetas. Como lidar então com esse começo em que seu pai fundador (Ismael) ocupa o lugar do rejeitado? Questionando a autenticidade do relato bíblico. Antes do advento do Islamismo, a afinidade entre judeus e árabes era notória para os sábios cristãos. Judeus e árabes se debruçavam sobre as escrituras hebraicas e seus comentários. Nos primeiros séculos da era muçumana (que começou em 622 dC) a crença que ambos, Velho e Novo Testamentos, haviam sido falsificados por judeus e cristãos respectivamente ganhou terreno. O “povo do livro” (judeus) é repreendido por negar as revelações de Deus. Consideram que Ismael era o único filho de Abrão na época e, portanto o filho escolhido para dar origem a uma “grande multidão (árabes)” que governaria Canaã. A versão do Corão descreve Ismael como “um filho inocente” (ao invés de um pária violento como na Bíblia) lembrando a imagem bíblica de Isaac que posteriormente é descrito pelos rabinos como “o primeiro dos grandes meigos” da Bíblia, o “inocente dócil” das preces matinais hebraicas.

A Akedah também exerce um papel importante no Cristianismo. Há 42 gerações entre Abraão e Jesus Cristo. As palavras de abertura do Novo Testamento são “Livro da geração de Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão (Mat 1, 1)”. A feição redentora da história do sacrifício de Isaac faz parte da teologia cristã. O fato de Abraão oferecer em sacrifício “seu único filho” e este filho mostrar o amor por seu pai através da obediência transforma a história da Akedah em uma analogia com o sacrifício de Jesus aos olhos da Igreja (Isaac e Jesus carregaram a madeira para a sua provação no Monte Moriá).

As duas versões da Akedah consideradas em conjunto mostram como ambos Judaísmo e Islamismo reivindicam que seu pai fundador era o filho preferido de Abraão, o filho escolhido por Deus para o sacrifício. Esta reivindicação formou a base para o suposto direito a uma identificação exclusiva com o que é correto moralmente e com o poder, um direito considerado justificado pela descendência sagrada.

Considerando que o povo árabe descende de Ismael e o povo hebreu considera Isaac um de seus patriarcas, podemos inferir que a relação não elaborada entre os irmãos se fixou através dos séculos nesse primeiro estágio de rivalidade mortífera. Talvez o mito de Abraão e seus dois filhos nos forneça algum subsídio para o entendimento do ódio ancestral que se mantém através dos tempos entre árabes e judeus. Lembremo-nos que esse ódio advém do direito que cada parte considera ter na disputa eterna pela terra que outrora teria sido legada por Jehová (Deus) a Abraão, pai de Isaac e Ismael (Berlfein, 2003).

Desde novembro de 2006, porém, está em curso um projeto sob os auspícios do Departamento de Negociações de Conflitos da Universidade de Harvard, o Projeto Caminho de Abraão. A idéia é possibilitar que as três religiões venham a ter um marco simbólico de sua relação familiar e espiritual com esse ancestral comum, através de um roteiro de caminhada que Abraão teria seguido em sua jornada até Canaan (Turquia, Líbano, Síria, Jordânia, Israel). O projeto almeja criar uma integração simbólica nessa conturbada região, onde irmãos acentuam suas diferenças e têm dificuldade em reconhecer no outro suas semelhanças (Bonder, 2006, 2008).

Lembremo-nos que houve um período em que a Espanha testemunhou o encontro entre a África, o Mundo Árabe e o Ocidente, bem como entre o Islamismo, o Cristianismo e o Judaísmo. Este período, considerado um símbolo

para as propostas de diálogo cultural e inter-religioso, durou oito séculos, de 756 a 1492, ano da expulsão dos judeus e muçulmanos da Espanha.

Observamos que católicos judeus e muçulmanos utilizam o mesmo símbolo para representar e invocar proteção. A mão espalmada, “mão de Fátima” para os católicos, é encontrada com o nome de “hamsa”, palavra árabe que significa cinco, entre os judeus e de “Fatma nin eli” entre os muçulmanos, que também se traduz por mão de Fátima. Podemos encontrar este símbolo em objetos de uso pessoal tais como chaveiros, pingentes usados em bijuterias e jóias e ainda, nesse caso mais entre judeus e muçulmanos, como adorno de residências quando costuma ser colocado perto da porta de entrada da casa.

4.2.2.

Isaac e seus filhos Esaú e Jacob

Segundo Roith (2006), Isaac, ele mesmo uma criança que participou, apesar de não intencionalmente, de um drama de favoritismo parental, traição e abandono, veio a ser, não coincidentemente se pensarmos em transmissão psíquica, pai de dois irmãos invejosos e cobiçosos, Esaú e Jacob. Eles protagonizam dois episódios, o da venda da progenitura e o da rivalidade.

A rivalidade entre os irmãos Esaú e Jacob propiciará o roubo da bênção para o primogênito. Tendo Isaac envelhecido, não podendo enxergar mais, e estando incerto quanto à data de sua morte, chamou Esaú e pediu-lhe que caçasse um animal, fizesse um guisado conforme o gosto dele, Isaac, e lho trouxesse para comer. Ele o abençoaria perante Deus antes que morresse. Rebeca, a mãe, ouviu essa conversa entre pai e filho e procurou Jacob, seu filho preferido, para que este fizesse o que o pai havia pedido a Esaú. Ela preparou o guisado, vestiu Jacob com as roupas de Esaú e o cobriu com peles de cabrito, para que ele passasse pelo irmão peludo perante o pai. Assim, Isaac foi enganado e deu a Jacob as bênçãos destinadas a Esaú. Este, revoltado, sentindo-se roubado duas vezes pelo irmão, na progenitura e na bênção paterna, jurou matar o irmão quando seu pai morresse. Rebeca envia então Jacob a seu irmão, Labão, para escapar da ira de Esaú. Anos depois, após Jacó ter casado com Léia e com Raquel, os dois irmãos se encontram, Esaú corre ao encontro de Jacob, abraça-o, beija-o e ambos choram (Gen 33, 1-4).

Seria a cegueira de Isaac uma forma de “fazer vista grossa” ao que se passava? Ele já havia “desviado a vista” de dois acontecimentos importantes em sua vida. Em primeiro lugar quando seu próprio pai, com a faca na mão em obediência a um Deus possessivo, colocou sua vida em risco; foi necessário ignorar a situação em que o lugar de filho amado e “único” foi vivenciado como perigoso e psicologicamente catastrófico. Posteriormente foi preciso não tomar conhecimento do seu papel, apesar de não intencional, no exílio forçado de seu irmão mais velho. Estaria ele concordando, em conluio com Rebeca, com a substituição do primogênito pelo caçula? Poderia sua cegueira ser uma “escuridão” que favorecesse que ele fosse traído, como expiação pela traição em que havia sido um dos personagens, e que por sua vez traísse seu próprio filho mais velho numa repetição dos acontecimentos através das gerações?

Essa estória ilustra não apenas um caso de rivalidade, mas também como ao escolher um dos filhos para favorecer em detrimento do outro, os pais falham em prover seus filhos com as condições de desenvolvimento essenciais para que as relações entre eles possam prosperar. O mito de Esaú e Jacob demonstra o investimento narcísico de cada um dos pais em manter o seu filho preferido separado do irmão e identificado simbioticamente consigo ao invés de favorecer o desenvolvimento do sentido de um self separado e não ameaçador entre os irmãos.

4.2.3.

Caim e Abel

O mais famoso dentre esses relatos a respeito da rivalidade fraterna e o mais citado pelos autores é o que nos conta a história de Caim e Abel (Gen 4, 1-16). O primeiro casal parental, Adão e Eva, tiveram dois filhos varões, Caim e Abel. Estamos diante da primeira família e do primeiro grupo fraterno do mundo, composto por dois irmãos do mesmo sexo, o que poderia levar a uma competição maior, devido aos mesmos interesses. Caim seguiu o ofício do pai, foi ser lavrador e Abel, pastor de ovelhas. Ambos trouxeram oferendas de seu trabalho, colheita e ovelhas, para o Senhor, mas este atentou apenas para Abel. O Pai teria gostado muito da oferenda do mais novo e desdenhado a de Caim. Este, diante da preferência de Deus por seu irmão, e não aceitando o fato de não ter sido o escolhido, mata Abel.

Pensemos nesse episódio levando em conta os seus antecedentes: Caim, enquanto primeiro filho, deve ter pago o preço da inexperiência de seus pais. O nascimento de Abel, provavelmente, trouxe como consequência o ciúme do irmão mais velho, e talvez seus pais não tenham sabido administrar o ciúme e a inveja que tal acontecimento despertou. E, se para culminar, Caim foi preterido por seu irmão em relação ao afeto dos pais... Não há registro quanto ao fato de os irmãos terem percebido o desafeto que surgia entre eles ou se os pais tentaram evitar ou acabar com a inimizade entre os dois.

Considerando Abel um inimigo, Caim pode ter sentido a necessidade de vencê-lo ou eliminá-lo, e vendo-se incapaz de realizar a primeira opção, concretizou a segunda.

Kancyper (2004) estuda o mito de Caim e Abel como se fosse um sonho, a partir de cujos conteúdos manifestos podemos extrair os conteúdos latentes que nos revelarão o essencial da condição humana. Considera que este mito revela, através do capricho de Deus, expresso por sua arbitrária escolha de Abel, um dos conflitos mais importantes do sistema narcisista parento-filial, que se relaciona com o paradoxo crucial da mortalidade e imortalidade. Este conflito se apresenta na relação entre o pai e seus descendentes, mas é mais pregnante na relação com o primogênito em particular. O primogênito, ao nascer e anunciar ao pai por um lado sua continuidade e imortalidade anuncia também sua morte e o nascimento de uma nova geração que o substituirá. Caim sendo o primeiro herdeiro não estaria sujeito a uma maior ambivalência e rivalidade por parte do pai? Ao valorizar positivamente Abel, sem motivo aparente para isso, Deus se transforma em vilão por estar privando Caim de seu olhar de reconhecimento, que lhe havia sido prometido duplamente: pelo cronológico tribal do judaísmo primitivo e por sua dupla origem divina e terrena. O nome Caim provém do verbo hebraico “liknot” que significa comprar, adquirir e Eva afirma que “adquiri um filho com e por graça do Senhor (Gen 4, 1)”. Caim vem a ser o primeiro humano a nascer de uma mulher e da conjunção de forças divinas. A emoção violenta de Caim poderia ter sido consequência da injustiça divina. Esse mito chama a atenção do quanto a falta e a arbitrariedade parentais, além da influência do narcisismo das pequenas diferenças entre os irmãos, propiciam a gênese e a repetição dos fratricídios.

Aguinis (1988) coloca que se Caim não mata manifestamente a Deus, mata o homem que ele criou a sua imagem e semelhança. Desviando para o irmão a

hostilidade reprimida e relacionada na realidade com o abuso do poder vertical, Caim é um parricida latente e um deicida ativo e reativo face à provocação divina. Kancyper (2004) acrescenta que esse mito põe também a descoberto a aspereza consciente e inconsciente de uma relação hostil de domínio, propícia a um desencadeamento amargo de ressentimentos e remorsos, próprios da dinâmica narcisista particular entre os irmãos.

O arcaico conflito parento-filial entre a mortalidade e a imortalidade vai se revelar também nos conflitos que todos os patriarcas da Bíblia tiveram com seus primogênitos e em seus efeitos nas rivalidades fraternas. Abraão abandonou Ismael no deserto, Isaac não bendisse seu primogênito Esaú nem Jacob bendisse Rúben. Esse mítico conflito parento-filial exerce sua influência nos vínculos entre os irmãos gerando na realidade social, de sua origem a nossos dias, a compulsão repetitivas dos enfrentamentos sangrentos entre as religiões e os povos (Kancyper, 2004).

4.2.4

José e seus irmãos

Os capítulos 37 a 50 do livro Gênesis narram as vicissitudes vividas pela família de Jacob. A morte deste e de seu filho José marcam o epílogo do patriarcado como forma vertical de organização sócio-política, para dar lugar a um funcionamento tribal centrado no eixo da horizontalidade. Os descendentes de Jacob vão formar uma confraternidade integrada pelas doze tribos formadas a partir de seus filhos varões uma vez que Jacob teve doze filhos e uma filha (Berlfein, 2003).

José, nascido da união de Jacob com Léia, sua mulher mais amada, era seu filho preferido e por esse motivo resolveu presenteá-lo com uma túnica de várias cores, símbolo da investidura do poder. Com este ato designou-o como seu sucessor no lugar de Rúben, a quem caberia o direito por ser seu primogênito. Este fato despertou em José fantasias de onipotência e desejo de poder expressos nos comentários que fazia a respeito de seus sonhos e alimentou nos irmãos os sentimentos de ciúmes e rivalidade, a ponto de se unirem e planejar eliminá-lo. Optaram, entretanto, por vendê-lo como escravo a mercadores que o conduziram ao Egito. Transformaram o impulso assassino na expulsão, da fratria, do elemento

indesejável. Tal ato resultou de um consenso entre eles, sem a intervenção paterna e apesar de seu desejo.

Degolaram um cabrito, mancharam com seu sangue a túnica da discórdia e a levaram a Jacob, como se fosse o sangue de José. Há uma substituição simbólica, uma vez que não José, mas a sua túnica, símbolo de seu poder, é ensanguentada. No Egito, José passou pelas situações de escravo, prisioneiro, para finalmente conquistar um posto de importância política e econômica junto ao Faraó. Este exílio no Egito mais uma vez diferencia José de seus irmãos, pois ele volta a ocupar uma posição de preferência junto ao pai (Faraó-Deus) e assim materializar suas fantasias de onipotência (Gen 42,6).

Quando grassou uma época de grande fome em Canaan, terra da família de Jacob, este enviou dez de seus filhos ao Egito em busca de víveres. Os irmãos chegam a José para pedir ajuda sem saber com quem estavam falando e este apesar do ocorrido entre eles no passado, vai assegurar a sobrevivência e a linhagem da família. A aceitação das diferenças subjetivas e o reconhecimento, por cada um dos irmãos, de sua responsabilidade e participação nos atos cometidos no passado, propiciaram o perdão e o encontro fraterno possibilitando a construção de uma vincularidade segundo a lógica da horizontalidade (Gen 42, 21; 45, 4, 5 e 15). Como efeito das transformações subjetivas e vinculares surge a confraternidade como novo modo de organização social evidenciando pela primeira vez a intersecção entre os eixos vertical e horizontal: “Ajuntai-vos e ouvi, filhos de Jacob; e ouvi a Israel, vosso pai (Gen 49, 2)”.

No fim de seus dias, no que se constitui como ato fundante, Jacob reúne todo os seus filhos varões para bendizê-los e repartir a terra de Canaan, a terra prometida por Jehová a Abraão, Isaac e Jacob. Dina, como filha mulher, não tinha direito à sucessão e fica excluída da fratria. Tanto as bênçãos como os legados territoriais são tão diferenciados como o são cada um dos irmãos. Essa nova organização social integrada pelas doze tribos ocupará o território legado por Jacob, o último patriarca. O poder hegemônico de uns sobre os outros é substituído pela possibilidade do poder que resulta do encontro de uns com os outros.

O Gênesis nos apresenta a história das relações fraternas desde a forma mais primitivas de rivalidade (Caim e Abel) até a mais complexa de confraternidade (José e seus irmãos). A tradição judaico-cristã prefere recordar Caim e Abel a José

e seus irmãos, como se o esquema simples da rivalidade fosse mais pregnante do que o esquema complexo da convergência, o que nos dificulta pensar em termos de irmandade.

4.2.5

As Irmãs

Tractenberg (2004) estuda, nos relatos bíblicos, a rivalidade, o ciúme e a inveja entre irmãs, deflagrados pela cobiça de um mesmo homem, seja ele namorado, marido ou amante. Considera que o conflito atual seria o herdeiro do conflito infantil pelo amor do pai, para ser a preferida, e receber dele os melhores presentes, atenções e carinhos. Este conflito poderia também, entretanto, referir-se no inconsciente, onde atuam os vínculos homossexuais, à luta pela preferência do amor materno. A figura da mãe, simbolizando um seio pleno de leite e amor, ocasionaria a luta pela prioridade em receber seus cuidados e carinhos. As diferenças de idade e beleza devem influenciar na intensidade do ódio, ciúmes e rivalidade.

Segundo o autor, embora Sara e Hagar (Gen 16, 1-16; 21, 1-13) não tivessem sido irmãs, representaram esses papéis na disputa pelo amor de Abraão e pela preferência deste por seus filhos. As duas mulheres, que pela diferença de idade e pelo vínculo inicial (Hagar era a serva de Sara dada por ela a Abraão) poderiam ter assumido os papéis de mãe e filha, se converteram simbolicamente em irmãs disputando a mesma figura paterna com a rivalidade, ciúmes e inveja inerente a esse enfrentamento. Questionamos, entretanto, se esse episódio não pode ser considerado também do ponto de vista edípico, em que mãe e filha disputam o mesmo homem.

Um desses relatos trata da cumplicidade entre irmãs pela posse do pai. Refere-se a Ló e suas duas filhas e à exclusão da mãe, que morre convertida em estátua de sal (Gen 19, 31-38). Percebendo que não havia varões para coabitar, a mais velha propõe à menor que embriagassem o pai para com ele terem relações

sexuais e conceberem. Numa noite, deita-se com o pai a primogênita, e na noite seguinte a caçula, sem que Ló se dê conta do sucedido. Ambas concebem filhos de seu pai. A morte da mãe ocorreu antes da consumação do incesto. Segundo Tractenberg (2004), para dele não tomar conhecimento, e para que ele pudesse ocorrer, a mãe “olhou para trás, para Sodoma e Gomorra (o incesto das filhas com Ló)” e teve morte súbita.

Um terceiro episódio, a história de Jacob, Léia e Raquel (Gen 29, 9-30; 30, 1-24; 37, 1-36) evidencia o conflito intenso entre duas irmãs na disputa por um homem. Jacob amava Raquel, sua prima e filha menor de Labão e por ela se propôs trabalhar sete anos para o tio. Findo este prazo, Labão entregou-lhe Léia, a filha mais velha por esposa. Jacob trabalhou mais sete anos para obter Raquel. Estamos diante de uma situação de inveja e rivalidade. Léia amava Jacob, que amava mais Raquel. Léia era fecunda, Raquel estéril. Uma invejava o amor de Jacob, outra a fecundidade da irmã. Finalmente, Raquel concebe José, mas a rivalidade entre as irmãs se transmite aos filhos. Os filhos de Léia vendem José como escravo e enganam o pai fazendo-o pensar que este morrerá. Aqui vemos novamente a disputa pelo homem que representa o pai e que dará origem ao filho herdeiro predileto.

5

A cumplicidade, o companheirismo, a solidariedade

Na bibliografia disponível a respeito da relação fraterna, encontramos em quantidade muito maior os estudos que focalizam e privilegiam a rivalidade entre irmãos, do que os que se dedicam à sua boa convivência. Ocorre, porém, que o fato de ao se considerar as relações entre irmãos, haver uma tendência a enfatizar mais a relação de inveja, ciúme, rivalidade, em detrimento de um possível bom relacionamento, faz com que não se dê a devida importância ao papel que a fratria, através da função fraterna, desempenha na estruturação familiar. Nos casos de luto impossível, por exemplo, que levaram Nicolas Abraham e Maria Torok (1995) a descrever os fenômenos de “cripta endopsíquica”, muitas vezes o que estava em jogo era uma morte na fratria.

Kehl (2000) utiliza a expressão “função fraterna” em primeiro lugar, para enfatizar o caráter necessário, para os humanos, da participação do semelhante no processo de tornar-se sujeito; em segundo, para retomar o debate sobre a idéia da fratria, até então, segundo a autora, relegada ao limbo pelos psicanalistas, banida das discussões e quase considerada maldita.

Losso (2001) define a função fraterna como uma das funções estruturantes da família, uma função de ajuda recíproca, de colaboração, de assistência em um nível de igualdade, de defesa dos direitos das gerações e de provisão de modelos de identificação entre os irmãos, que por pertencerem à mesma geração funcionam como modelos de identificação diferentes dos pais. A relação entre os irmãos implica em um contexto em que através do jogo possa-se elaborar a angústia e desenvolver a criatividade. Além do ensinar e aprender recíprocos permite também a descarga moderada de agressividade. A possibilidade de exercer estas funções com o conseqüente desenvolvimento de representações vinculares conscientes e inconscientes implica em facilitar o estabelecimento de relações “suficientemente boas” com os pares na vida adulta. Para que os irmãos possam construir um vínculo “suficientemente bom”, é preciso haver uma complementaridade em seus papéis, além da relação de intimidade e certa coincidência em seus valores pessoais.

Um casal procurou atendimento por problemas com um filho adulto jovem que ainda depende deles. Para afastar o rapaz de uma situação de risco a irmã do marido levou o sobrinho para sua casa. Durante uma sessão o casal comentou sorte que é o fato do marido e sua irmã se darem tão bem, o que possibilitou a solução.

‘Sabe, doutora, quantas brigas eu e minha irmã tivemos? Nenhuma, nunca. Bem, é verdade que uma vez eu tranquei ela no armário e outra vez ela jogou minhas coisas pela janela (rindo de uma forma que parece ser de carinho pela irmã e de quem está tendo boas recordações)’.

A constatação da diferença entre os irmãos vai permitir que cada um se aproprie a seu modo do nome herdado do pai, relativizando e individualizando a “marca”, a força do traço unário que define cada um dos membros da fratria, uma vez que, em nossa cultura, o sobrenome paterno designa todos os irmãos, sujeitos distintos, igualando-os como se um só fossem. O sobrenome paterno torna-se assim, entre irmãos, o menos importante dos nomes do sujeito, pois não é ele que o individualiza. Como um único sobrenome não pode designar portadores tão distintos, o poder do pai biológico vai ficar em questão e a função fraterna vai suplementar a função paterna, na medida em que vai permitir separar a lei da autoridade, da autoridade do pai real. Podemos pensar ainda em uma função fraterna sem a qual o sujeito não é capaz de se reconhecer fora do olhar especular da mãe e vê no outro uma ameaça constante (Kehl, 2000).

Ao oferecer a possibilidade de um “campo para o exercício” do controle das pulsões agressivas, a família favorece o desenvolvimento do laço fraterno. A autogestão no seio da fratria permite a descoberta essencial, a longo prazo, da administração dos sentimentos de ciúmes nas relações profissionais ou conjugais, uma vez que as relações fraternas são de uma grande riqueza e preparam para a vida social.

Uma cliente relata em uma sessão:

Eu me dou melhor com A. e B. (duas de suas irmãs), mas lá em casa é assim, de vez em quando a gente se estranha, fica sem falar uma com a outra, mas é pouco

tempo, logo fica tudo bem, volta tudo ao normal, a gente se dá muito bem’.

A relação entre os irmãos pode inúmeras vezes, ser fonte de aprendizagem para os pais. O vínculo entre os irmãos pode desempenhar um papel importante como sustentáculo do equilíbrio familiar, em situações de crise, tais como separação dos pais, doença, morte de um dos pais, de ambos, ou de outros. Essas vicissitudes na vida familiar não necessariamente acarretarão a instalação de uma patologia, na medida em que se encontre um “continente” para elas, “continente” esse que pode vir a ser o vínculo fraterno. Os irmãos, enquanto suporte familiar podem também se encarregar do cuidado dos pais, quando estes o necessitarem, em sua velhice.

Nos casos de ausência dos pais, as relações fraternas se constituem, frequentemente, nas únicas duradouras. Elas se mostram mais seguras e contínuas do que as das crianças com adultos específicos. Nestas circunstâncias as relações fraternas devem ser protegidas e apoiadas. Os irmãos, quando estão por sua própria conta como nos casos de guerra, catástrofes naturais ou abandono por parte dos pais encontram-se em situação de risco, uma vez que a relação fraterna é o máximo que lhes resta, embora não seja a mais adequada na comparação com os bons cuidados permanentes de um adulto. Essa situação, além de sobrecarregar, traz desafios à relação fraterna pelas tarefas exigidas que deveriam pertencer à dinâmica de um relacionamento adulto-infantil (Solnit, 1983) embora os irmãos, enquanto subsistema, possam se constituir em uma equipe de socorro com papéis diferenciados.

O subsistema fraternal, especialmente na ausência das figuras parentais, possibilita o experimentar uma série de papéis e ações. Cada um pode ser alternadamente objeto de identificação e de diferenciação. Os irmãos aprendem uns com as experiências dos outros e essa relação identificatória cria um “cimento” fraternal (Meynckens-Fourez, 1999). Segundo a autora, a relação fraterna exerce pelo menos três funções: função de apego, função de suplência parental e função de aprendizagem dos papéis sociais e cognitivos.

Milevsky (2005) examina a relação entre o apoio que um irmão recebe dos outros irmãos e seu efeito compensatório em sua adaptação psicológica por ocasião da passagem para a idade adulta. O autor concluiu que o apoio fraterno estava associado a níveis mais baixos de depressão e sentimento de solidão

enquanto os níveis de auto-estima e satisfação se mostravam mais elevados. O apoio fraterno compensava ainda o pouco apoio recebido dos pais e pares.

Como exemplo da importância que o apoio da relação fraterna pode assumir temos o estudo a respeito das crianças do campo de concentração de Terezin, na então Checoslováquia, que haviam estabelecido entre si relações privilegiadas. A relação horizontal fraterna havia substituído, dentro do possível, a ausência da dimensão vertical da relação com os pais. As crianças em questão eram seres traumatizados, que em consequência do drama da perda de seus pais, haviam vivido em circunstâncias muito especiais. Elas formavam o grupo dos “Órfãos de Terezin” constituído por seis crianças cujos pais haviam sido assassinados pelos nazistas. Embora não fossem biologicamente irmãs, assim o foram consideradas pelo fato de terem sido forçadas a crescerem juntas desde o seu nascimento, criadas na Ala de Crianças sem Mãe do referido campo de concentração. Quatro dessas crianças perderam a mãe imediatamente após o nascimento e duas provavelmente antes de completar um ano. Após a morte de suas mães as crianças vagaram de um lugar para outro com mudança total dos adultos que as cercavam e que atendiam apenas suas necessidades biológicas básicas. Elas desenvolveram uma relação de apego umas com as outras antes da aquisição da linguagem e antes de desenvolver a liberdade de escolha de companhia. Sem dispor de brinquedos, sua atividade social consistia aparentemente em brincar umas com as outras e elas nunca se apegaram a adultos.

Quando os aliados libertaram Terezin em 1945 as crianças foram enviadas a um berçário terapêutico em Hampstead, Inglaterra onde Anna Freud e Sophie Dann as observaram. Por ocasião desta mudança suas idades variavam de três anos a três anos e dez meses. Foi considerada impressionante a total ausência de rivalidade e agressão entre os membros do grupo assim como sua falta de confiança no adulto. A relação horizontal fraterna havia substituído, dentro do possível, a ausência da dimensão vertical da relação com os pais. (Bank & Kahn, 1982; Brusset, 1987).

As experiências compartilhadas com os irmãos vão produzir as identificações horizontais, secundárias às identificações verticais representadas pelos ideais das figuras parentais, mas essenciais pela possibilidade de modelos diversificados dos destinos pulsionais necessários para a vida, para o que, o traço unário representado pelo nome do pai é insuficiente. Se não excluem a

identificação vertical, relativa às figuras parentais, suplementam a função paterna. A circulação horizontal atualiza e modifica a linguagem para expressar as demandas emergentes, que a sanção paterna não permite satisfazer. Na circulação horizontal, ainda, vão se produzir ou confessar as transgressões, praticadas não necessariamente contra a Lei, mas sim contra as interdições arbitrárias perpetradas pelas autoridades disciplinares. Estamos designando como circulação horizontal o tipo de vínculo social em que a transmissão de saber e de experiência se dá preferencialmente entre semelhantes, no caso em questão, os irmãos (Kehl, 2000).

A importância marcante da comunhão de interesses e experiências partilhadas pelos irmãos aponta para uma maior aproximação de desenvolvimento entre eles e uma maior distância no desenvolvimento entre pais e filhos. A distância no desenvolvimento se refere a uma ampla gama de tolerâncias e capacidades, incluindo níveis de excitação, frustração, conflitos, assim como capacidade para regulação, antecipação, planejamento e adaptação. A proximidade no desenvolvimento entre irmãos os capacita a brincar, lutar, amar e competir de um modo geralmente protetor porque as suas forças e fraquezas intelectuais, emocionais e físicas estão mais alinhadas entre eles do que estariam entre pais e filhos. Para que uma criança brinque, lute, ame e compita com um adulto por sua vez é necessário que este controle sua força e aja como um ego auxiliar para emprestar recursos do ego à criança de modo a proporcionar-lhe a sensação de segurança, bem-estar e identificação com o adulto (Solnit, 1983).

A relação com o irmão oferece, na fase edípica, oportunidades para repetir vários aspectos do relacionamento fraterno com os pais e vice-versa. O irmão pode vir a ser um substituto para a figura parental pela reversão de passivo para ativo, pela elaboração e sublimação na fantasia e no jogo, substituto esse que pode se revelar mais maleável do que a figura parental nas tentativas da criança de buscar soluções adaptativas para os conflitos edípicos. A criança que tem um irmão se depara com um diferente conjunto de triangulações em ambas as fases pré-edípica e edípica. O amor e o ciúme entre irmãos são diferentes do conflito edípico entre pais e filhos. O irmão que negociou a rivalidade fraterna pode ter mais facilidade para manejar o conflito e a frustração edípicos. Um dos motivos para o fato é que o rival fraterno é menor do que a figura parental, o que literalmente diminui o tamanho da tarefa a ser negociada e encoraja a criança a negociar a tarefa maior de enfrentar pai/mãe. Os pais podem temer, inclusive, que

o complexo edípico não possa ser “resolvido” sem a ajuda de um irmão ou par como aliado. Nos casos de grande diferença de idade entre os irmãos, o mais velho pode representar uma alternativa ou um substituto parental menos conflituoso e oferecer oportunidades para a resolução do conflito edípico de uma forma construtiva e saudável. A crença que os irmãos representam uma ajuda mútua para negociar o conflito edípico sugere que a escolha amorosa é sempre influenciada pelo relacionamento fraterno (Klein, 1932; Kris & Ritvo, 1983; Coles 2003).

Coles (2003) acrescenta com sua experiência clínica que considera útil, quando atendendo um casal em crise, distinguir o que seria uma briga primitiva do berçário ainda não resolvida e uma briga que sustenta e mantém a zanga devido ao desapontamento pelo amor do pai/mãe do qual não se desistiu ou que não foi resolvido. Segundo a autora, levamos tanto o self fraterno como o self pai/filho para o casamento e nessas circunstâncias é preciso diferenciar entre “Isto é meu!”, significando “Este brinquedo é meu e não quero dividi-lo com você porque você tem sido horrível para mim” e “Isto é meu!”, significando “Eu preciso ter esta pessoa maravilhosa que entrou na minha vida porque dessa forma me sentirei completo” (pg. 82).

Em relação às identificações verticais, algumas vão representar o projeto materno, enquanto outras o paterno, além de que cada filho será marcado pela árvore genealógica de uma forma diferente, pois cada um receberá de forma pessoal o que lhe foi transmitido. Entre irmãos a transmissão ocorre por escolha, uma vez que o que os filhos dificilmente aceitam de seus pais, o peso da Lei, por exemplo, podem fazê-lo de seus pares, irmãos, primos e amigos. Em companhia uns dos outros, os irmãos vão poder aprender as coisas da vida e do mundo, adquirir elementos de linguagem, escutar histórias familiares, elaborar a angústia, desenvolver a criatividade através de jogos e brincadeiras, explorar domínios desconhecidos, entre os quais a sexualidade. A utilização do lúdico em sua interação facilita a transmissão, a herança, e atenua o efeito da coação (Eiguer, 2001).

A experiência fraterna vai promover ainda inúmeras oportunidades para elaborar e praticar a capacidade de empatia, aqui entendida, segundo Houaiss (2007), como o processo de identificação em que o indivíduo se coloca no lugar do outro e com base em suas próprias suposições ou impressões tenta

compreender o comportamento do outro. A capacidade básica para a empatia vai ser estabelecida, contudo, na interação entre a criança e as figuras parentais. Esta forma especial de sentir e conhecer os sentimentos e pensamentos de outra pessoa está intimamente entrelaçada com a habilidade da criança em internalizar e se identificar com as atitudes e expectativas parentais, processo este fundamental para que cada criança desenvolva sua própria e única personalidade. As relações e as experiências fraternas refletem e podem elaborar a qualidade e a intensidade deste aspecto da relação primária pai/mãe-filho. A vivência fraterna, principalmente quando positiva e facilitadora do desenvolvimento único de cada criança, pode se tornar um poderoso estágio em que as crianças direta e indiretamente (através do outro) têm oportunidade de encenar seu mundo interno (Provence & Solnit, 1983).

O jogo compartilhado entre irmãos como protótipo de intercâmbio talvez seja o primeiro cenário de desdobramento fantasmático processado e “descarregado” (por meio do jogo) que convoca como participantes sujeitos que têm em comum algumas vivências, lugares, brincadeiras, rotinas e pais, sendo o jogo um meio de desdobrar fantasias compartilhadas e estabelecer diferenças. As situações vivenciadas na relação com os pais geram nos irmãos, além dos sentimentos de ódio e vivências de rivalidade e exclusão, sentimentos amorosos que propiciam a união e a ajuda para, por exemplo, salvar-se da ação “perniciosa” dos pais formando uma frente comum de ajuda mútua. Estes sentimentos de amor podem ainda uni-los para salvar os pais de uma situação de risco emocional. Esta vertente amorosa das relações fraternas cimenta a solidariedade e a complementaridade entre os irmãos. Inaugurada a partir das vivências compartilhadas na relação com os pais, ela é logo transferida para a relação com os outros e aos novos meios sociais como a escola, por exemplo. A cooperação e a lealdade são privilegiadas na qualidade de produtos sem agressividade quando se amplia o meio social e o caminho exogâmico através da escola, das instituições e dos pares. O irmão, enquanto mais presente, mais acessível e mais semelhante a si que os pais e por sua vez igualmente dependente, sofrido e amante desses mesmos pais, é objeto de intensos e mútuos investimentos não só agressivos, mas também amorosos. Essa intensidade de catexia e de relação (em geral implicando num tempo e atividades compartilhadas maior do que com os pais) outorga ao irmão um papel destacado na estruturação psíquica e no processo de subjetivação.

As alternativas da relação fraterna servem aos fins de sustentação para a diferenciação e a identificação, assim como para tirar o foco da exclusividade com os pais e de limite ao narcisismo (Urribarri, 1999).

Moguillansky e Vorchheimer (2001) outorgam ao vínculo fraterno um lugar central como modelo dos sentimentos de pertencer, o que vai se refletir nas relações sociais entre pares, pois nos definimos como irmãos enquanto cidadãos do mesmo país, membros da mesma instituição. A raiz narcisista do sentimento de pertencer, vivenciado como ser parte de uma fratria, aparece na sabedoria popular do seguinte modo: se pertencemos ao mesmo somos o mesmo, temos os mesmos interesses, desejamos o mesmo, temos idéias semelhantes sobre o que constitui o bem comum.

Uma cliente relata durante a sessão:

‘Nós três (irmãos) somos do mesmo jeito. Vê só o que aconteceu no sábado. Eu e o X. (marido) fomos almoçar fora. Na hora da conta, eles haviam cobrado por uma coisa que não serviram e esqueceram de cobrar pelo serviço. Como a quantia era exatamente a mesma o X. pagou a nota alegando que era elas por elas. A gente (os três irmãos) faria diferente: a gente pagaria o que não cobrou e não aceitaria pagar o que não era devido. É uma questão de princípio. Meu pai era assim’.

A experiência nos mostra o poderoso laço afetivo de pertencer a um mesmo grupo em que as diferenças de idade e de sexo são atenuadas pela referência comum a um ideal de fraternidade que exclui a rivalidade, o ódio, o incesto, evita o Édipo e a castração. É preciso ter em conta, entretanto, que a manutenção rígida de um ideal igualitário entre os irmãos, poderá atuar como formação reativa e diante de qualquer desigualdade desencadear uma luta fratricida, destruidora do grupo e de seus elementos, a menos que um elemento de fora, um “bode expiatório” atraia para si o desvio da hostilidade. O caráter narcisista e a intensa ambivalência dos vínculos fraternos, portanto, fazem com que a união fraterna levada ao extremo, isto é, fidelidade absoluta aos objetos e leis do espaço familiar, possa adquirir valores tanático e endogâmico, o que explicaria a necessidade de sair e formar novos grupos sociais onde, entretanto, a rivalidade evitada no espaço familiar reaparecerá (Brusset, 1987).

Nunan (2007) nos relata que o termo “bode expiatório”, que designa os indivíduos que levam a culpa de algo mesmo quando inocentes, teria surgido de um costume entre os antigos hebreus: nos dias de expiação de culpas das tribos, o sacerdote transferia simbolicamente as culpas do povo para um bode, ao enumerá-las enquanto colocava suas mãos sobre a cabeça do animal. O bode era então abandonado no deserto, levando consigo os pecados da tribo. Ao encontrar um “bode expiatório”, o sujeito exime-se de sua responsabilidade pessoal.

Precisamos ficar atentos, também, para que, em nome da fraternidade, não venhamos a excluir de forma paranóica as pequenas diferenças, ou nivelar por baixo a moralidade, ao inibir ou eliminar as tentativas de experiências éticas singulares (Costa, 2000).

A adolescência é por si só, o período das grandes formações fraternas, seja por laços de sangue, seja por laços de amizade. O grupo vai funcionar tanto como reconhecimento dos traços de identificação, uma vez que o sujeito, ao sair da infância ainda não se sente seguro deles, como campo de novas identificações exogâmicas. Os irmãos vão poder inclusive produzir uma contracultura com seus signos distintivos e valores próprios, vedada à compreensão dos adultos, com seus pactos secretos, mas menos oposta a eles do que possa parecer. Os segredos dos irmãos desempenham um papel importante, o de estar a serviço da vida e da estruturação do aparelho psíquico, fazendo-os sentir que possuem um psiquismo próprio ao qual os adultos não têm acesso. A fratria estabelece laços de cumplicidade que permitem em muitos casos “enganar o pai”. Os irmãos, unidos na conspiração, se permitem desafiar a proibição da autoridade, numa iniciativa de liberdade legitimada pelo grupo, possibilitando o enfraquecimento do poder de verdade absoluto que a palavra paterna tem na infância. Se os pais, temendo uma rebelião e a conseqüente transgressão, se tornam demasiado severos, pode haver um mal-entendido: ao tentar impedir a união entre os irmãos, um estilo de amor e de entendimento que pregavam, desqualificam-se a si mesmos. Lembremo-nos, porém, como justificativa para a reação paterna nesses casos, que a rebelião da horda e sua união em torno do assassinato do pai, faz parte de nosso modelo mítico (Kehl, 2000; Eiguer, 2001; Losso & Silvani, 2002).

Muitos contos míticos infantis mostram a coalizão contra os pais que revela a solidariedade e complementaridade dos irmãos: os irmãos se reúnem para viver juntos, felizes e tranquilos, após passarem por aventuras perigosas, depois de

deixarem a casa de seus pais. A união e o entendimento, entre os irmãos, permitem a eles defender-se dos pais. Enquanto o conflito edípico confronta os filhos com a sua exclusão do casal parental sexuado, nestes relatos míticos, o grupo fraterno abandona os pais malvados ou demasiado pobres e faz uma aliança igualitária e solidária.

A função fraterna não é exclusiva dos irmãos. Um pai, por exemplo, pode estar exercendo a função fraterna com seu filho ao jogarem uma partida de xadrez, uma vez que ambos estarão em situação de paridade nesse momento. Do mesmo modo, primos, amigos, podem estabelecer modelos intersubjetivos com características de vínculo fraterno, exercendo uma função fraterna. Essas situações assumem uma importância maior no caso de filhos únicos.

De qualquer forma, a vivência da relação fraterna deixará suas “marcas” no psiquismo individual. Os modelos vinculares daí decorrentes, tais como ambivalência, rivalidade, sentimentos amorosos, necessidade de reparar, impulso de domínio, sujeição ao irmão e outros, tendem a se repetir ao longo da vida nos vínculos com outros pares. Em geral, os irmãos têm um conhecimento recíproco, consciente, e em grande parte inconsciente, do funcionamento psíquico uns dos outros, por terem vivenciado juntos sentimentos e conflitos ao longo do tempo na intimidade da vida familiar. Em cada irmão perdurará uma “memória” desses acontecimentos familiares. Mesmo que ao crescer, cada um dos irmãos siga um caminho diferente, a experiência da intimidade compartilhada deixará sua “marca” no inconsciente de cada um deles. O conhecimento da intimidade do outro irmão continuará sendo um legado e um ponto de referência para a própria identidade.

O vínculo fraterno contribui assim para a atmosfera de intimidade e manutenção da unidade familiar no sentido de perenidade dos vínculos. Intervém ativamente na transmissão do saber e da lei. Quando há afinidade, os irmãos podem amenizar a dureza das obrigações e os mais velhos podem direcionar os mais novos para o mundo. Se, porém, a rivalidade fraterna for exacerbada, esses afetos estruturantes vão ser reprimidos, cindidos ou se tornar inalcançáveis. A convivência feliz entre os irmãos vai depender enormemente do legado parental, ou seja, o amor ao transicional, o respeito ao outro e a capacidade de aprender (Eiguer, 2001).

Os filhos se tornam o ideal comum de suas famílias e cultura. A fratria é, assim, a portadora da psique das massas e do narcisismo parental. Ela deverá preencher, elaborar, reparar, restituir a deficiência no vínculo fraterno dos ancestrais e suas vicissitudes serão marcadas pelo grau de diferenciação do vínculo entre as gerações anteriores e pelo modo com que ela pode se apropriar de sua história (Freud, [1921] 1993).

6

Considerações finais

Os estudos sobre a relação pais/filhos são em muito maior número do que os que enfocam a relação fraterna. Dentre estes, por sua vez, as situações de competição, ciúme, ódio e rivalidade são enfatizadas. A literatura a respeito da amizade e da solidariedade entre irmãos ainda é relativamente escassa.

A literatura especializada trata o nascimento do segundo filho, a chegada do irmão, como o surgimento de um estranho que invade, usurpa e transtorna a “harmonia familiar”, o que poderia trazer como conseqüência o despertar de sentimentos hostis e destrutivos. O complexo fraterno, embora tenha vida própria e não se limite a ser um deslocamento do complexo edípico, vai ser inseparável, entretanto, do vínculo parento-filial e vários fatores tais como gênero, diferença de idade, intervenções parentais e temperamento infantil vão interferir na relação fraterna para facilitá-la ou dificultá-la. A posição que cada irmão ocupa na fratria vem sendo privilegiada, desde Freud, por vários autores como sendo determinante para sua história de vida. Pensamos, porém, que esta não deve ser considerada em seu valor absoluto, como responsável pelo desenvolvimento de cada sujeito.

O complexo fraterno vai ser de fundamental importância, tanto na estruturação da vida psíquica individual do sujeito, como na de sua vida social. A dinâmica vincular surgida entre os irmãos é passível de vir a determinar em grande parte o destino de suas vidas e de seus descendentes. No âmbito social, as influências deste complexo podem se manifestar nas relações ambivalentes de crueldade/solidariedade entre os diversos povos, relações essas que resistem ao tempo e à história.

O fato de haver uma tendência a privilegiar a relação de inveja, ciúme e rivalidade entre irmãos não diminui a importância que a fratria, através da função fraterna, desempenha na estruturação familiar e social, pois os irmãos vão ser muito importantes uns para os outros na construção de suas personalidades. Através da percepção das diferenças e semelhanças, cada um vai poder se perceber enquanto sujeito. A família provê a experiência básica de viver em grupo e os irmãos, além de despertarem os sentimentos de ciúme e inveja, são também objetos de amor. Em alguns casos, principalmente se as figuras parentais são

deficitárias em seus papéis, eles podem se constituir em importantes objetos de identificação. Em caso de falta dos pais, podem vir a se constituir ainda em uma rede de apoio uns para os outros. Podemos observar como isso funciona em casos de adoção, em que se dá preferência a que não se separem os irmãos a serem adotados. O vínculo fraterno vai se formar na continuidade do tempo, pois ao longo de nossa vida é provável que dividamos com nossos irmãos, por mais tempo do que com qualquer outra pessoa, a nossa história, nossas vivências, experiências e lembranças. A vida na fratria vai possibilitar ainda a cada um experimentar a socialização antes de vivenciá-la com o outro estranho, na pracinha, na creche ou na escola. A fratria vai precisar, porém de regras, da Lei, para evitar o livre arbítrio irresponsável.

Observamos, na contemporaneidade, o surgimento de grupos e ONGS que têm como objetivo dar apoio e solidariedade, numa tentativa de contrapor a fraternidade à violência vigente, segundo o modelo do bom relacionamento entre irmãos.

Encontramos, entretanto, com mais facilidade, na literatura da área assim como na nossa experiência clínica e na vida social, exemplos de competição, rivalidade, inimizade entre irmãos do que exemplos de amizade e solidariedade. Essa constatação nos faz pensar se o companheirismo entre irmãos, quando ocorre, é elogiado por não ser considerado normal (no sentido de norma, média), por ser o contrário do esperado. Perguntamo-nos se, nesse caso, os valores da fraternidade são deslocados para os amigos, “os irmãos escolhidos”.

Referências Bibliográficas

ABARBANEL, A. J. The revival of the sibling experience during the mother's second pregnancy. **Psychoanalytic Study of the Child**, New York, v. 38, p. 281-284, 1983.

ABRAHAM, N.; TOROK, N. **A casca e o núcleo**. 1 ed. São Paulo: Escuta, 1995.

AGUINIS, M. Caín o el revés de um héroe. **Revista de Psicoanálisis**, Buenos Aires, v. 45, n.1, p. 117-132, 1988.

ADLER, A. **A ciência da natureza humana**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

ANZIEU, D. **O Eu-pele**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BANK, S. P.; KAHN, M. D. **The sibling bond**. New York: Basic Books, Inc., Publishers, 1982.

BERLFEIN, E. José y sus hermanos. In: CZERNIKOSKI, E. et al. (Comp.). **Entre hermanos: sentido y efectos del vínculo fraterno**. Buenos Aires. Lugar Editorial S.A. 2003.

BENGHOZI, P.; FÉRES-CARNEIRO, T. Laço fraterno e continente fraterno como sustentação do laço genealógico. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casamento e Família: do Social à Clínica**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.

BERENSTEIN, I. Experiencia clínica vincular y sus presupuestos. Texto da palestra proferida no evento **A perspectiva vincular em tempos de incertezas. Inquietações contemporâneas**. Segundo encontro do Comitê de Psicanálise de Família e Casal Latino Americano – FEPAL. VIII Fórum de Reflexão e Debate. 2009. São Paulo.

BÍBLIA. **A Bíblia sagrada**: contendo o velho e o novo testamento. Português. Tradução João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro, 1962.

BONDER, N. **Carta para Congregação Judaica do Brasil**. 03 nov. 2006. Disponível em <http://www.cjb.org.br/>. Rio de Janeiro. Acesso em 11 nov.2006.

_____. **Carta para Congregação Judaica do Brasil**. 10 nov. 2006. Disponível em <http://www.cjb.org.br/>. Rio de Janeiro. Acesso em 15 nov.2006.

_____. **Tirando os sapatos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

BRITTO, N. **Rivalidade fraterna**: o ódio e o ciúme entre irmãos. São P Agora, 2002.

BRUNORI, L. Siblings. **Group Analysis**, Londres v.31, p.307-314, S Publications, 1998.

BRUSSET, B. El vínculo fraterno y el psicoanálisis. **Revista de Psicoanálisis**, Buenos Aires, v. 44, n .2, p.307-346, 1987.

CÁRDENAS, M. El vínculo fraterno. In: **Panel: Vínculo Fraterno**. VIII Jornadas Psicoanalíticas de APU, 1993, Montividéu.

CARTER, B; McGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

COLES, P. **The importance of sibling relationships in psychoanalysis**. London: H. Karnac (Books) Ltd, 2003.

_____. **Sibling relationships**. London: H. Karnac (Books) Ltd, 2006.

COSTA, J. F. Prefácio. Playdoier pelos irmãos. In: KEHL, M. R. (Org.). **Função Fraterna**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CZERNIKOWSKI, E. V. De la relación al vínculo. In: CZERNIKOSKI, E. et al. (Comp.). **Entre hermanos**: sentido y efectos del vínculo fraterno. Buenos Aires: Lugar Editorial S.A. 2003.

_____. Lo fraterno en la cultura. In: CZERNIKOSKI, E. et al. (Comp.). **Entre hermanos**: sentido y efectos del vínculo fraterno. Buenos Aires: Lugar Editorial S.A. 2003.

_____; GASPARI,R.; MATUS, S. Psicoanálisis del vínculo fraterno; Algo más acerca del vínculo fraterno; La pelea entre hermanos. In: CZERNIKOSKI, E. et al. (Comp.). **Entre hermanos**: sentido y efectos del vínculo fraterno. Buenos Aires: Lugar Editorial S.A. 2003.

EARP, A. C. Um breve olhar sobre o campo dos laços sociais. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 9-19, 2002.

EIGUER, A. Y si Narciso tuviera una hermana? In: Hermanos, Psicoanálisis de las Configuraciones Vinculares. **Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo**, Buenos Aires, v. 44, p. 15-30, 2001.

FOUREZ, B. Fraternité: perspectives historiques et sociétales. In: TILMANS-OSTYN, E.; MEYNCKENS-FOUREZ, M. (Direction). **Les ressources de la fratrie**. Ramonville Saint-Agne: Éditions Érès, 1999.

FREUD, S. **Obras Completas**. 3 ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1993.

- _____ 1905. Três ensayos de la teoria sexual
- _____ 1908. Sobre as teorias sexuais infantis
- _____ 1909. Análisis de la fobia de um niño de cinco anos
- _____ 1913. Totem y tabú
- _____ 1916. Algunos tipos de carácter dilucidados por el trabajo psicoanalítico.
- _____ 1917. Un recuerdo da infancia en poesia y verdad
- _____ 1920. Sobre la psicogénesis de un caso de homosexualidad femenina
- _____ 1921. Psicología de las masas y análisis del yo
- _____ 1923. El yo y el ello
- _____ 1930. El malestar en la cultura

GAGEIRO, L.C. **Ilusão e errância**: adolescência e laço social contemporâneo na interface entre a psicanálise e as ciências sociais. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GASPARI, R. C. El vínculo fraterno como constructividad. In: **Panel: Vínculo Fraterno**. VIII Jornadas Psicoanalíticas de APU, 1993, Montividéu.

HARVARD LAW SCHOOL. **Abraham path initiative**. Sponsered by The Global Negotiation Project. Disponível em <http://www.abrahampath.org/>. Acesso em 11 novembro 2006 e em 12 outubro 2009.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

JAITIN, R. Mi hermano y mi hermana: mis primeros juguetes. In: Hermanos, Psicoanálisis de las Configuraciones Vinculares. **Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo**, Buenos Aires, v. 44, n.1. p. 31-50, 2001.

_____. Présentation – Les différents aspects du fraternal. In: Le Divan Familial – Le liens fraternels. **Revue de thérapie familiale psychanalytique**, Paris, 10/Printemps, p. 7-10, 2003.

KAËS, R. Complexo fraterno: aspectos de sua especificidade. In: RAMOS, M. (Org.). **Casal e Família como Paciente**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 1999.

_____. Introduction: Le complexe et le lien fraternal. In: Le Divan Familial – Le liens fraternels. **Revue de thérapie familiale psychanalytique**, Paris, 10/Printemps, p. 13-17, 2003.

_____. **Os espaços psíquicos compartilhados: transmissão e negatividade.** 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. Le complexe fraternel archaïque. **Revue Française de Psychanalyse: Frères et soeurs**, Paris, v. 72, n. 2, p. 383-396, 2008.

KANCYPER, L. **El complejo fraterno: estudio psicoanalítico.** Buenos Aires: Editorial Distribuidora Lumen, 2004.

KEHL, M. R. Introdução. Existe a função fraterna? In: KEHL, M. R. (Org.). **Função Fraterna.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

KLEIN, M. **Inveja e gratidão: um estudo das fontes do inconsciente.** Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. **Contribuições à Psicanálise.** São Paulo: Mestre Jou, 1981.

_____; RIVIERE, J. **Amor, ódio e reparação.** 4 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

KRIS, M; RITVO, S. Parents and siblings: their mutual influence. **Psychoanalytic Study of the Child**, New York, v. 38, p. 311-324, 1983.

LOSSO, A. P.; SILVANI, L. Narciso y Edipo en los hermanos. Función fraterna, vínculo fraterno. **Revista de Psicoanálisis**, Buenos Aires, v. 59, n. 3, p. 739-745, 2002.

LOSSO, R. **Psicoanálisis de la familia: recorridos teóricos-clínicos.** Buenos Aires: Lumen, 2001.

MATUS, S. Vínculo fraterno: de la legalidad paterna a la multiplicidad de las legalidades. In: CZERNIKOSKI, E. et al. (Comp.). **Entre hermanos: sentido y efectos del vínculo fraterno.** Buenos Aires: Lugar Editorial S.A. 2003.

MEYNCKENS-FOUREZ, M. La fratrie: le point de vue éco-systémique. . In: TILMANS-OSTYN, E.; MEYNCKENS-FOUREZ, M. (Direction). **Les ressources de la fratrie.** Ramonville Saint-Agne: Éditions Érès, 1999.

MILEVSKY, A. Compensatory patterns of sibling in emerging adulthood: variations in loneliness, self-esteem, depression and life satisfaction. **Journal of Social and Personal Relationships**, London, Sage Publications, v. 22, n. 6, p. 743-755, 2005.

MOGUILANSKI, R.; VORCHHEIMER, M. La clínica de lo fraterno: una contribución desde una ampliación del psicoanálisis. In: Hermanos, Psicoanálisis de las Configuraciones Vinculares. **Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo**, Buenos Aires, v. 44, n.1. p. 113-156, 2001.

MOSCONA, S. Lazos de paridad. La trama vincular en la relación entre pares. In: Hermanos, Psicoanálisis de las Configuraciones Vinculares. **Revista de la**

Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo, Buenos Aires, v. 44, n.1. p. 189-227, 2001.

NEUBAUER, P. B. The importance of the sibling experience. **Psychoanalytic Study of the Child**, New York, v. 38, p. 325-326, 1983.

NEVEN, R. S. **Emotional milestones from birth to adulthood**. Melbourne: Australian Council for Educational Research, 1996.

NUNAN, A. **Homossexualidade e Discriminação: o preconceito sexual internalizado**. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

PEREZ, A. F. O filho primogênito: suas características e seus relacionamentos no contexto familiar. In: WAGNER, A (ORG.). **Família Em Cena**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PROVENCE, S.; SOLNIT, A. J. Development-promoting aspects of the sibling experience. **Psychoanalytic Study of the Child**, New York, v. 38, p. 337-351, 1983.

PUGET, J. À partir du lien fraternel: obligation ou solidarité. In: Le Divan Familial – Le liens fraternels. **Revue de thérapie familiale psychanalytique**, Paris, 10/Printemps, p. 183-191, 2003.

ROITH, E. Ishmael and Isaac: an enduring conflict. In: Coles, P. (org). **Sibling Relationships**. London: H. Karnac, 2006.

ROSEN, E.; AKERMAN, L.; ZOSKY, D. The sibling empty nest syndrome: the experience of sadness as siblings leave the family home. **Journal of Human Behavior in the Social Environment**, New York: Haworth Social Work Practice Press, v.6, n.1, p. 65-80, 2002.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Diccionario de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RUFO, M. **Irmãos: como entender essa relação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

RUSTIN, M. Taking account of siblings – a view from child psychoterapy. Texto da palestra proferida no evento **Introdução e compreensão psicanalítica da criança e do adolescente**. Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SILVEIRA, L. O relacionamento fraterno e suas características ao longo do ciclo vital da família. In: WAGNER, A. (ORG.). **Família em cena**. Petrópolis: Vozes, 2002.

STERNBACH, S. Apuntes sobre lo fraterno em El lazo social. In: CZERNIKOSKI, E. et al. (Comp.). **Entre hermanos**: sentido y efectos del vínculo fraterno. Buenos Aires: Lugar Editorial S.A. 2003.

TRACTENBERG, M. **Rivalidade, ciúmes e inveja entre irmãs frente a um mesmo homem cobiçado**. 2004. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por mtractenberg@terra.com.br em 21 set. 2006.

URRIBARRI, R. Descorriendo El velo sobre el trabajo de La latência. **Revista de la Sociedad Colombiana de Psicoanálisis**, v. 24. n. 2, p. 210-242, 1999.

WHITE, L. Sibling relationships over the life course: a panel analysis. **Journal of Marriage and Family**, Lincoln, v. 63, n. 2. p. 555-568, 2001.